

ATA N.º 27/2012

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 16 horas e 42 minutos

No dia vinte e cinco do mês de junho de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

João Augusto Ferreira de Sousa, em substituição de Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha
José António Salvador Rodrigues da Avó
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos
Maria Gabriela Gambóias dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

| Ordem | Assunto | Processo | Interessado |
|-------|---|---|-------------|
| | Câmara Municipal Presidência/Vereação | | |
| | Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores | | |
| 1 | Aprovação da ata da reunião anterior | | |
| 2 | XX Congresso da ANMP | | ANMP |
| | Departamento Municipal Administrativo e Financeiro | | |
| | Apoio Jurídico | | |
| 3 | Legislação síntese | Infor. A.J. n.º 81/2012, de 20 de junho | |
| | Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento | | |

| | | | |
|----|---|--|--|
| 4 | Prestação de serviços de limpeza de bermas e valetas numa extensão de 100Kms nas estradas e caminhos do concelho | Informação D.M.A.F. N.º 0165/2012 | |
| | Subunidade Orgânica de Contabilidade | | |
| 5 | Resumo Diário de Tesouraria | | |
| | Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças | | |
| 6 | Concessão de licença especial de ruído / despacho a ratificação | 25/2012, 11.06 | de Festa da Amizade – Sardinha Assada de Benavente |
| 7 | Concessão de licença especial de ruído / despacho a ratificação | 26/2012, 13.06 | de Creche e Jardim Infantil de Benavente |
| 8 | Concessão de licença especial de ruído / despacho a ratificação | 27/2012, 15.06 | de Junta de Freguesia de Samora Correia |
| | Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes | | |
| | Apoio Administrativo às Obras Municipais | | |
| 9 | Construção da nova creche – Benavente - Apoio técnico da empreitada | Registo de entrada n.º 8319, de 18-06-2012 | de Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente |
| 10 | Empreitada de “Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale do Bispo, 1.ª fase, na Barrosa” - Auto de Receção Provisória / Aprovação | 4.1.5/01-2011 | IBERSILVA S.A.U. - Sucursal em Portugal |
| 11 | Empreitada de “Drenagem de zona verde – Urbanização em nome de Sociedade de Construções e Empreitadas Filipes, Porto Alto - Samora Correia” - Receção Definitiva / Extinção de caução e reforço de caução | 4.1.5/01-2007 | Serafim Rodrigues dos Santos – Unipessoal, Lda. |
| | Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana | | |
| 12 | Abate e substituição de árvores de arruamento na Rua da Liberdade - Benavente | | Arq. Paisagista Fernando Graça |

| | | | |
|----|--|---|--|
| | Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento | | |
| | Subunidade Orgânica de Obras Particulares | | |
| 13 | Edificação / Licenciamento / Comunicação Prévia | 1954/2008 | Sugalidal |
| 14 | “ “ | 1107/2011 | CIBEN - IT And Business Solutions, S.A. |
| 15 | “ “ | 1426/2011 | Frusantos - Frutos Seleccionados, Lda |
| 16 | “ “ | 265/2012 | José Vidigal - Sociedade Construções, Lda. |
| 17 | Destaques | 614/2012 | Joaquim Luís da Silva |
| 18 | Licenciamento da Urbanização | 1223/1983 | Portucale – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S.A |
| 19 | Constituição da comissão de vistorias — instalações de GPL sujeitas a licenciamento simplificado | Informação DMOPPUD n.º 9/2012, de 12 de junho | |
| | Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo | | |
| | Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa | | |
| 20 | Férias Ativas ADCB – Pedido de apoio | | Associação Desportiva e Cultural Benavente |
| 21 | XII Feira de Colecionismo – Pedido de oferta de medalhas | | Núcleo Filatélico e Numismático de Benavente |
| 22 | V Festa dos Montes / 38.ª Sardinha Assada de Benavente – Pedido de apoio | | Associação Livre dos Trabalhadores da Barrosa |
| 23 | Noites de Verão 2012 – Pedido de apoio | | Junta de Freguesia de Benavente |
| 24 | Festa da Amizade/Sardinha Assada Benavente – Pedido de licenciamento – Despacho a ratificação | | Comissão da Festa da Amizade/Sardinha Assada de Benavente |

| | | | |
|----|---|--|--|
| 25 | Marchas Populares - Pedido de licenciamento – Despacho a ratificação Educação | | Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente |
| 26 | Enchimento do depósito de gás | | Agrupamento de Escolas de Porto Alto |
| 27 | Proposta para a cessação de protocolos de colaboração relativos à gestão dos Refeitórios das EB de Foros de Almada e Foros da Charneca | Informação DMCET n.º 52/2012, de 15 de junho | |
| 28 | Extensão horário da Componente Socioeducativa e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar nos Jardins-de-infância n.º 1 e n.º 2 de Porto Alto - Ano letivo 2011-2012 - Meses de abril e maio Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude Fomento Desportivo | Informação DMCET n.º 50/2012, de 08 de junho | |
| 29 | Horário de Verão – Piscinas Municipais de Benavente e Samora Correia – Informação Intervenção Social e Saúde | | Assistente Técnico Nelson Lima |
| 30 | Proposta de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ano Letivo de 2011/2012 – Mérito, Superior e Secundário | Infor. Social n.º 74/2012 | |
| 31 | Fornecimento de refeições diárias / pedido de pagamento | Infor. Social n.º 78/2012 | |
| 32 | Período destinado às intervenções dos membros da Câmara | | |
| 33 | Aprovação de deliberações em minuta | | |

RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

| Ordem | Assunto | Processo | Interessado |
|-------|---|----------|-------------|
| | Departamento Municipal Administrativo e Financeiro | | |

| | | |
|---|---|---|
| | Gestão e Controle do Plano e Orçamento | |
| 1 | III Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - Proposta | |
| | Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento | |
| 2 | Concurso público com publicação no JOUE tendo em vista a prestação de serviços de higiene urbana e salubridade pública das zonas urbanas de Benavente, Santo Estêvão e Samora Correia/Porto Alto, pelo período de um ano | |
| 3 | Prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para o ano letivo de 2012/2013 – Estabelecimentos de ensino pré-escolares e escolares do 1.º Ciclo do ensino básico integrantes dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Benavente | |
| | Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos | |
| | Subunidade Orgânica de Património | |
| 4 | Títulos de utilização dos recursos hídricos para captação de água | Águas do Ribatejo - AR |
| | Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo | |
| | Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa | |
| 5 | Apoio financeiro às festas tradicionais do concelho de Benavente, por parte da Turismo de Lisboa e Vale do Tejo | |
| 6 | Dia da Ressaca – Pedido de autorização para utilização do recinto da picaria – 1 de julho | Associação Amigos de Benavente Festa Brava |
| 7 | Comemorações da Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias – Retificação de deliberação | Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias |

| | | |
|---|--|------------------------------|
| 8 | Declaração de interesse para o Município de Benavente do projeto de implantação do "Centro Equestre António Ribeiro Telles, Lda." no concelho de Coruche | António Ribeiro Telles, Lda. |
|---|--|------------------------------|

Secretariou o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: O SENHOR PRESIDENTE deu conhecimento, que através de *mail* remetido no passado dia vinte do mês em curso, a Senhora Vereadora Ana Casquinha justificou a sua ausência na presente reunião, por razões de ordem pessoal, informando da sua substituição pelo Senhor Vereador João Augusto Ferreira de Sousa, elemento seguinte da lista do Partido Socialista.

Verificou-se a ausência do Senhor Vereador Carlos António Pinto Coutinho, por motivo de gozo de férias.

«O Senhor Presidente considerou justificada a ausência.»

01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – XX CONGRESSO DA ANMP

Entidade: Associação Nacional de Municípios Portugueses

Assunto: Informam que se realiza no dia 29 de Setembro de 2012, em Santarém, no Centro Nacional de Exposições, o XX Congresso da ANMP (extraordinário), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ratificação do Regulamento do XX Congresso (extraordinário) da ANMP;
2. O Papel das Autarquias Locais no País;
 - 2.1. Autonomia do Poder Local
 - 2.2. Lei das Finanças Locais
 - 2.3. Reorganização Territorial do Estado
3. Debate
4. Encerramento dos trabalhos com aprovação das Linhas de Atuação do XX Congresso.

Compõem o Congresso Nacional, três Delegados de cada Município associado, assim discriminado: O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto; O Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto; um Presidente de Junta ou seu substituto.

A taxa de inscrição por Município é de 250 €.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE informou que a Câmara Municipal far-se-á representar pelo Senhor Vice-Presidente, dado que ele próprio será delegado, por inerência de funções, nos termos estatutários, uma vez que pertence à Direção da Associação Nacional de Municípios.

Acrescentou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal será também delegado, havendo de ser escolhido na próxima sessão daquele órgão deliberativo o representante das juntas de freguesia do Município.

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

02.01.03- Apoio Jurídico

Ponto 3 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 13 E 20 DE JUNHO E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA

Informação A.J. n.º 81/2012, de 20 de junho

Decreto-Lei n.º 120/2012, da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no D.R. n.º 117, Série I de 2012-06-19 - Regulamenta o Fundo de Regularização Municipal, alterando o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março **(PC e Restantes Membros da C.M.B; GAPV; DMAF; GGCP; SOC; AJ)**

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

III ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PROPOSTA

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e à natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia

Benavente, 25 de junho de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 1 - III ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PROPOSTA

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ observou que apesar de o Senhor Presidente ter esclarecido que o incremento de trinta mil euros para estudos, pareceres, projetos e consultadoria se prendia com o projeto de requalificação das escolas EB1 de Benavente e de Samora Correia, não vê tal espelhado na mesma rubrica das Grandes Opções do Plano, verificando-se apenas um aumento de setecentos e cinquenta euros.

Acrescentou que estando as refeições para as cantinas escolares incluídas em rubrica própria das Grandes Opções do Plano, a sua aquisição não está considerada como tal e independentemente de o Orçamento ter aumentos e reduções iguais, as alterações conduzem a uma redução de cento e quarenta e um mil euros nas Grandes Opções do Plano, o que lhe parece não justificado, questionando se se trata de alguma alteração política.

O SENHOR PRESIDENTE considerou pertinente a observação do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó e solicitou ao Senhor Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Dr. Hermínio da Fonseca, que preste a necessária explicação.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, explicitou que o Plano Plurianual de Investimento integra os projetos de requalificação das escolas que fazem parte da candidatura e relativamente aos quais já foi pago cinquenta por cento do contrato celebrado em dois mil e nove, com uma taxa de IVA a vinte por cento.

Acrescentou que o reforço de trinta mil euros se prende com o projeto alternativo de fazer aquela requalificação de uma forma reduzida, que não é candidatável, mas para ficar em carteira e, como tal, fora das Grandes Opções do Plano.

Deu nota de que, relativamente às refeições escolares, gerou-se a dúvida se se trataria do fornecimento de um bem ou de uma aquisição de serviços, tendo sido considerado, aquando da decisão de recorrer à contratação duma empresa, que esta estaria a fornecer um bem, porque embora a rubrica tenha a designação de refeições confeccionadas, são os funcionários da Câmara Municipal que as confeccionam. Contudo, a componente de bem era muito superior à de prestação de serviços, fazendo mais sentido considerar como bem, ainda que não o bem refeição.

Transmitiu que consultados outros Municípios, e com a concordância do Apoio Jurídico, considerou-se que tal configura uma aquisição de serviços, porque a

empresa tem a componente da gestão da refeição, fornecendo de facto os bens que são confeccionados sobre a sua orientação.

Referiu que no concurso para o ano letivo 2012/2013, a Câmara Municipal pretende introduzir o transporte das refeições de Benavente para a Barrosa, Santo Estêvão e Foros da Charneca, o que aumenta a componente de prestação de serviços, aumentando também a componente de gestão, dada a existência do centro de confeção do Porto Alto, havendo ainda a necessidade de a empresa colocar um elemento a meio tempo nos Foros da Charneca, para apoiar o fornecimento das refeições.

Afirmou que criar uma ação ou um projeto nas Atividades Mais Relevantes implicaria sempre uma revisão orçamental, que é processo muito mais moroso, e como a essa inscrição não tem carácter obrigatório, considerou como opção mais rápida colocar só no Orçamento, para permitir o lançamento do concurso e a contratação atempada.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse que o Partido Socialista tem defendido desde o início a questão das Grandes Opções do Plano, sendo que se a Câmara Municipal tivesse desde logo adotado a opção de gestão de colocar o fornecimento das refeições escolares nas Grandes Opções do Plano, o Executivo não se debateria agora com o problema da celeridade.

Afirmou que à semelhança de situações anteriores, e tratando-se de uma questão de gestão corrente, o Partido Socialista abstém-se na decisão a tomar.

O SENHOR PRESIDENTE disse considerar também desejável que o fornecimento das refeições escolares pudesse constar das Grandes Opções do Plano, mas as decisões têm que ser tomadas em função das dinâmicas e tendo a Câmara Municipal obrigatoriamente que diminuir custos com pessoal, não podendo, como tal, substituir nenhum funcionário que passe à situação de aposentado, a contratação duma empresa de prestação de serviços é a única forma de poder manter o fornecimento de refeições, servindo-se do equipamento municipal e dos funcionários disponíveis.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à III Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.01.09- Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ponto 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE BERMAS E VALETAS NUMA EXTENSÃO DE 100 KMS NAS ESTRADAS E CAMINHOS DO CONCELHO

Informação n.º 0165/2012 – D.M.G.F.

- **Escolha e autorização do procedimento**
- **Nomeação do júri do concurso**
- **Definição do recurso à negociação**
- **Aprovação das peças do procedimento.**

Para prossecução das atribuições cometidas a este Serviço, foi solicitado pelo Sr. Ver. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, que se iniciasse um processo com vista à aquisição dos serviços referidos em epígrafe.

Nestas circunstâncias, prevendo-se que o valor máximo da referida prestação de serviços seja de 13.000 Euros, acrescido de IVA, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte:

1. Escolha e autorização do procedimento prévio e da despesa:

- 1.1. Da conjugação das disposições constantes da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do D.L. n.º 197/99, com a alínea f) do art.º 14.º do D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como da alínea c) do n.º 1 do art.º 2.º, do n.º 1 do art.º 36 e art.º 38.º, todos do CCP, de 29 de janeiro, compete ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, escolher o procedimento e autorizar a despesa.
- 1.2. Quando o valor dos serviços a adquirir se estima inferior a 75.000,00 €, o Sr. Presidente deverá optar pelo procedimento de “Ajuste Direto”, considerando o preceituado na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.
- 1.3. Nos termos do que dispõe, a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, nomeadamente, no seu art.º 27.º que altera o art.º 127.º do D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, impõe que o recurso ao procedimento acima proposto, seja fundamentado em especial no que concerne à impossibilidade de satisfação da necessidade por via de recursos próprios, neste caso do Município.
Nesta conformidade colocam-se à consideração os seguintes fundamentos colocados a este serviço pelo Ver. Manuel Joaquim Quá dos Santos:

O equipamento de que o Município dispõe para suprimir a necessidade objeto do presente não apresenta capacidade para a limpeza de toda a extensão de bermas e valetas a que o Município está obrigado, particularmente desde que a Estrada de Santo Estevão passou, à responsabilidade do Município.

- 1.4. No entanto, quanto às propostas de decisão anteriormente expostas, o Sr. Presidente não deverá tomar decisão, sem antes submeter as mesmas, nos termos do que dispõe os n.º 1, 4 e 8 do art.º 26.º da Lei 64-B/2011, (Orçamento de Estado), de 30 de dezembro conjugado com o art.º 19.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, ainda em vigor, a parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal.

Com efeito, refere aquele articulado e preceito legal que relativamente a contratos de prestação de serviços ou a renovar no ano corrente, com idêntico objeto e, ou, contraparte a contrato vigente em 2011 deve existir parecer prévio do referido órgão executivo observando-se o seguinte:

- a) Que nos termos do n.º 4 do art.º 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3B/2010, de 28 de abril, a prestação de serviços a realizar apenas pode ter lugar quando cumulativamente:
 - Se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
 - Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
 - A entidade a contratar comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- b) A existência de declaração de cabimento orçamental conforme se anexa à presente;
- c) Tratar-se o Município de Benavente, de umas das entidades referidas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei 64-B/2011, (Orçamento de Estado), de 30 de dezembro.

Face ao exposto, sugere-se o envio do convite às seguintes entidades:

- SOTALMA – Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, Lda.
- OSER – Prestação de Serviços, Lda.
- NELSON ROSADO TOMÁS – Construção Civil, Unipessoal, Lda.

2. Nomeação do júri do concurso.

- 2.1. De acordo com o que dispõe o n.º 1 do art.º 67.º, do CCP, caso se opte pelo “Ajuste Direto” com convite a mais que uma entidade, torna-se ainda necessário a designação de um júri do concurso que conduzirá todo o procedimento exceto se verifique apenas a apresentação de uma única proposta.

Para o efeito e caso se opte pelo envio de convite a vários fornecedores em simultâneo, sugere-se ao Sr. Presidente a seguinte constituição:

Presidente: Hermínio Nunes da Fonseca – Diretor de Departamento

Vogal: António Paulo Ramos dos Reis – Coordenador Técnico

Vogal: Maria Manuela Dias Birrento Nortista – Assistente Técnico

Vogal suplente: Ana Leonor Simões da Silva Casanova – Técnica Superior

Vogal suplente: Maria Beatriz Guiomar de Oliveira Narciso – Assistente Técnico

3. Opção de negociação.

- 3.1. A conjugação do art.º 112.º com a alínea a) do n.º 2 do art.º 115.º do CCP, prevê ainda que caso se opte pelo “Ajuste Direto” com consulta a vários fornecedores em simultâneo, que se defina o eventual recurso à negociação das propostas a apresentar e a definição de quais os aspetos da execução do contrato a celebrar que a entidade adjudicante não está disposta a negociar.

Para o efeito e relativamente ao procedimento proposto sugere-se:

A ausência de negociação tendo em conta que o objeto da eventual adjudicação está perfeitamente definido não se justificando a negociação de qualquer dos atributos a propor.

4. Aprovação das peças do procedimento

- 4.1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP o “Ajuste Direto” impõe o envio, ao concorrente ou concorrentes, de convite e caderno de encargos, bem como, a aprovação das referidas peças procedimentais nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, sendo que para o efeito se anexam à presente informação.

À consideração do Sr. Presidente.

Benavente, 20 de junho de 2012.

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Maria Manuela Dias Birrento Nortista, Assistente Técnica

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ observou que o concurso em apreço surge em boa hora, na medida em que têm havido algumas reclamações acerca da limpeza em algumas zonas dos Foros da Charneca e Foros de Almada, tendo em conta que devido às últimas chuvas tardias, as ervas desenvolveram-se rapidamente, chegando a tapar a visibilidade em algumas vias de circulação.

Questionou acerca dos critérios que levaram à escolha das empresas a convidar.

O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS explicitou que se trata de empresas locais que se mostram disponíveis com o tipo de equipamento para intervenção imediata.

Acrescentou que as preocupações manifestadas pelo Senhor Vereador José Rodrigues da Avó estão contempladas na prestação de serviço em apreço.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos do disposto nos números um, quatro e oito do artigo vigésimo sexto da Lei n.º 64-B/2011, de trinta de dezembro, conjugado com o artigo décimo nono da Lei n.º 55-A/2010, de trinta e um de dezembro, emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços em causa, bem como à realização da respetiva despesa.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE TENDO EM VISTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE URBANA E SALUBRIDADE PÚBLICA DAS ZONAS URBANAS DE BENAVENTE, SANTO ESTÊVÃO E SAMORA CORREIA/PORTO ALTO, PELO PERÍODO DE UM ANO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 2 - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE TENDO EM VISTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE URBANA E SALUBRIDADE PÚBLICA DAS ZONAS URBANAS DE BENAVENTE, SANTO ESTÊVÃO E SAMORA CORREIA/PORTO ALTO, PELO PERÍODO DE UM ANO

Informação n.º 170/2012 – D.M.A.F.

- **Escolha e autorização do procedimento**
- **Nomeação do júri do concurso**
- **Definição do recurso à negociação**
- **Aprovação das peças do procedimento**

Para prossecução das atribuições cometidas a este Serviço, foi solicitado pelo Sr. Ver. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, que se iniciasse um processo com vista à aquisição dos serviços referidos em epígrafe.

Nestas circunstâncias, prevendo-se que o valor máximo da prestação de serviços objeto do presente seja de 400.000,00 €, acrescido de IVA, submete-se à consideração do Sr. Presidente a presente proposta que visa o seguinte:

1. Escolha e autorização do procedimento prévio e da despesa:

1.1. Da conjugação das disposições constantes da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do D.L. n.º 197/99, com a alínea f) do art.º 14.º do D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como, da alínea c) do n.º 1 do art.º 2.º, do n.º 1 do art.º 36.º e art.º 38.º, todos do CCP, compete à Câmara Municipal, a decisão de contratar, escolher o procedimento e autorizar a despesa.

1.2. Quando o valor dos bens e ou serviços a adquirir se estima superior a 206.000,00€ a Câmara Municipal deverá optar pelo procedimento de “concurso público com publicação no JOUE”, considerando o preceituado no art.º 17.º em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

1.3. Sem prejuízo dos pontos 1.1 a 1.2, a abertura de procedimento cuja despesa, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do D. L. n.º 197/99, de 08 de junho, deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pela Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,579 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Tratando-se o presente de um procedimento que não configura as exceções atrás descritivas, acresce a esta realidade o preceituado pelas disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4 e 8 do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, com o art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, ainda em vigor, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, que reforçam a obrigatoriedade de submeter a presente proposta de abertura de procedimento e consequente despesa a decisão e parecer prévio vinculativo do supra referido órgão deliberativo, ou seja, a Assembleia Municipal.

2. Nomeação do júri do concurso.

2.1. De acordo com o que dispõe o n.º 1 do art.º 67.º do CCP, caso se opte pelo “Concurso Público com publicação no JOUE”, torna-se ainda necessário a designação de um júri do concurso que conduzirá todo o procedimento.

2.2. Ainda, relativamente à constituição ou designação do júri do concurso, o despacho constitutivo deverá ainda indicar o vogal efetivo que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Presidente: Hermínio Nunes da Fonseca – Diretor de Departamento

Vogal: Helena Alexandre Coutinho Lira da Silva Machado – Técnica Superior

Vogal: Sílvia de Jesus Martins António Freire – Técnica Superior

Vogal suplente: António Paulo Ramos dos Reis – Coordenador Técnico

Vogal suplente: Maria Manuela Dias Birrento Nortista – Assistente Técnica

Para o efeito sugere-se:

Vogal efetivo: Helena Alexandre Coutinho Lira da Silva Machado – Técnica Superior

3. Aprovação dos documentos base do concurso

3.1. Para o efeito, anexa-se à presente informação a informação de cabimento, o anúncio a publicar no Diário da República, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos que deverá ser aprovado pela Câmara Municipal.

À consideração do Sr. Presidente.

Benavente, 22 de junho de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

António Paulo Ramos dos Reis, Coordenador Técnico

| O Diretor de Departamento | O Presidente |
|---------------------------|--------------------------|
| | À reunião Ponto Extra |

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica e, de acordo com a mesma, proceder à abertura do respetivo concurso público, aprovando o anúncio, programa de concurso, caderno de encargos, bem como os restantes documentos inerentes à presente prestação de serviços, nomeadamente a constituição do Júri do Procedimento, nos termos preconizados.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLARES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO INTEGRANTES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE BENAVENTE

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLARES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO INTEGRANTES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE BENAVENTE

Informação n.º 171/2012 – D.M.A.F.

- **Escolha e autorização do procedimento**
- **Nomeação do júri do concurso**
- **Definição do recurso à negociação**
- **Aprovação das peças do procedimento**

Para prossecução das atribuições cometidas a este Serviço, foi solicitado pela Sr.^a Ver. M.^a Gabriela Santos, que se iniciasse um processo com vista à aquisição dos bens referidos em epígrafe.

Nestas circunstâncias, prevendo-se que o valor máximo da prestação de serviços objeto do presente seja de 280.000,00 €, acrescido de IVA, submete-se à consideração do Sr. Presidente a presente proposta que visa o seguinte:

1. Escolha e autorização do procedimento prévio e da despesa:

- 1.1. Da conjugação das disposições constantes da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do D.L. n.º 197/99, com a alínea f) do art. 14.º do D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como, da alínea c) do n.º 1 do art.º 2.º, do n.º 1 do art.º 36.º e art.º 38.º, todos do CCP, compete à Câmara Municipal, a decisão de contratar, escolher o procedimento e autorizar a despesa.
- 1.2. Quando o valor dos bens e ou serviços a adquirir se estima superior a 206.000,00 € a Câmara Municipal deverá optar pelo procedimento de “Concurso Público Internacional com publicação no JOUE”, considerando o preceituado no art.º 17.º em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.
- 1.3. Sem prejuízo dos pontos 1.1 a 1.2, a abertura de procedimento cuja despesa nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do D. L. n.º 197/99, de 08 de junho, deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pela assembleia municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,579 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Tratando-se o presente de um procedimento que não configura as exceções atrás descritas, acresce a esta realidade o preceituado pelas disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4 e 8 do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, com o art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, ainda em vigor, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, que reforçam a obrigatoriedade de submeter a presente proposta de abertura de procedimento e consequente despesa a decisão e parecer prévio vinculativo do supra referido órgão deliberativo, ou seja, a Assembleia Municipal.

2. Nomeação do júri do concurso.

- 2.1. De acordo com o que dispõe o n.º 1 do art.º 67.º do CCP, caso se opte pelo “Concurso Público com publicação no JOUE”, torna-se ainda necessário a designação de um júri do concurso que conduzirá todo o procedimento.
- 2.2. Ainda, relativamente à constituição ou designação do júri do concurso, o despacho constitutivo deverá ainda indicar o vogal efetivo que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Presidente: Hermínio Nunes da Fonseca – Diretor de Departamento

Vogal: Ana Carla Ferreira Gonçalves – Técnica Superior

Vogal: Andreia Filipe Campos Carvalho – Técnica Superior

Vogal suplente: António Paulo dos Ramos Reis – Coordenador Técnico

Vogal suplente: Maria Manuela Dias Birrento Nortista – Assistente Técnica

Para o efeito sugere-se:

Vogal efetivo: Ana Carla Ferreira Gonçalves – Técnica Superior.

3. Aprovação dos documentos base do concurso

3.1. Para o efeito, anexa-se à presente informação a informação de cabimento, o anúncio a publicar no Diário da República, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos que deverá ser aprovado pela Câmara Municipal.

À consideração do Sr. Presidente.

Benavente, 30 de junho de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

António Paulo Ramos dos Reis, Coordenador Técnico

| O Diretor de Departamento | O Presidente |
|---------------------------|--------------------------|
| | À reunião Ponto Extra |

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica e, de acordo com a mesma, proceder à abertura do respetivo concurso público, aprovando o anúncio, programa de concurso, caderno de encargos, bem como os restantes documentos inerentes à presente prestação de serviços, nomeadamente a constituição do Júri do Procedimento, nos termos preconizados.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número cento e dezanove, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: sete mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos, sendo sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos em dinheiro e oito euros e cinquenta e um cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000009843092 – setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000280563011 – cento e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e oitenta euros e onze cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e quatro euros e dez cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001470473069 – trezentos e quarenta euros e vinte e seis cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001496353057 – sete mil, oitenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos;

C.G.D – BNU

Conta - 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016785430 – treze mil, oitocentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016786230 – vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e três euros e vinte e nove cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e vinte e um euros e trinta e sete cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016784630 – nove mil, trezentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016789730 – três mil, setecentos e noventa e seis euros;

B.C.P. – Benavente

Conta - 003300000005820087405 – dois mil, quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos;

BNC – Samora Correia

Conta - 004602561087080018636 – setecentos e trinta e dois euros e oitenta e três cêntimos;

CCAM – Samora Correia

Conta - 004552804003737040413 – dois mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos;

CCAM – Santo Estêvão

Conta - 004552814003724462602 – mil, quarenta e um euros e trinta e seis cêntimos;

CCAM – Benavente

Conta - 004550904010946923865 – trezentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e oito euros e noventa e cinco cêntimos;

BES – Benavente

Conta - 000703400000923000754 – quinhentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos;

BPI – Samora Correia

Conta - 002700001383790010130 – oitocentos e vinte e oito euros e treze cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e vinte e nove euros e cinquenta e seis cêntimos;

Balclays Bank, Plc

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos, dos quais quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro euros e quatro cêntimos são de Operações Orçamentais e quinhentos e trinta e oito mil, dez euros e setenta e oito cêntimos de Operações Não Orçamentais.

02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Ponto 6 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 25/2012, de 11.06 – reg.º n.º 8016, de 11.06.2012

Requerente – Festa da Amizade – Sardinha Assada de Benavente

Localização – Edifício Celeiro dos Arcos – Largo do Calvário - Benavente

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

Tipo de atividade:

- Lançamento de foguetes, bailes, variedades e som de rua

Local/Percurso:

- Ruas da Vila

Datas/horário:

- Dia – 28, 29 e 30 de junho de 2012
- Das 08.00H às 06.00H

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças de 11.06.2012

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as normas e disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 11 de junho de 2012, o seguinte despacho:

Teor do despacho:

“Deferido. Devendo ser cumprido o Regulamento Geral do Ruído”.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 7 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 26/2012, de 13.06 – reg.º n.º 8136, de 13.06.2012

Requerente – Creche e Jardim Infantil de Benavente

Localização – Urbanização da Ribasor – Travessa da Creche - Benavente

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

Tipo de atividade:

- Marchinhas de Santo António (som de rua)

Local/Percurso:

- Ruas da Vila

Datas/horário:

- Dia – 16.06.2012
- Das 17.00H às 20.00H

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças de 13.06.2012

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as normas e disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento.

Contudo deve ser submetido a ratificação da Câmara Municipal.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 13 de junho de 2012, o seguinte despacho:

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Teor do despacho:

“Deferido. A ratificação da Câmara”.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 8 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 27/2012, de 15.06 – reg.º n.º 8232, de 15.06.2012

Requerente – Junta de Freguesia de Samora Correia

Localização – Rua Popular, 17 – Samora Correia

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

Tipo de atividade:

- Evento musical – Baile

Local/Percurso:

- Praça da Republica – Samora Correia

Datas/horário:

- Dia – 16.06.2012

- Das 21.30H às 01.00H

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças de 15.06.2012

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as normas e disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento.

Contudo deve ser submetido a ratificação da Câmara Municipal.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 15 de junho de 2012, o seguinte despacho:

Teor do despacho:

“Deferido. A ratificação da Câmara”.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

02.02.08- Subunidade Orgânica de Património

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

TITULOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE AGUA

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 4 - TITULOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE AGUA

Registo de Entrada N.º 2012/8681, de 25-06

Entidade: Águas do Ribatejo - AR

Vimos por este meio informar que na sequência da publicação da Portaria n.º 182/2012, de 8 de junho, foram aprovados os perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público do município de Benavente.

Neste contexto, de modo a dar seguimento ao processo de emissão dos títulos de utilização das captações, solicitamos que nos remetam um documento que confere à Águas do Ribatejo, o direito a utilização do terreno onde se encontram as captações:

- CBR1, CBR2 e CBR3 de Vale Tripeiro (novas captações do sistema Benavente/Samora Correia);
- PS2 de Santo Estevão (Alto da Pouca Roupa);
- RA1 de Vila Nova de Santo Estevão.

A emissão dos títulos de utilização é condição essencial para a disponibilização dos fundos comunitários no âmbito das candidaturas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade emitir documento conferindo à empresa intermunicipal Águas do Ribatejo – AR o direito à utilização dos terrenos onde se encontram as captações CBR1, CBR2 e CBR3 de Vale Tripeiro (novas captações do

sistema Benavente/Samora Correia), PS2 de Santo Estevão (Alto da Pouca Roupa) e RA1 de Vila Nova de Santo Estêvão.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes

03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais

Ponto 9 – CONSTRUÇÃO DE NOVA CRECHE - BENAVENTE - APOIO TÉCNICO DA EMPREITADA

Através de carta datada de 15-06-2012 (registo de entrada n.º 8319, de 18-06-2012), a Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente, informa que irá proceder à consignação da empreitada da construção da nova creche, a qual foi adjudicada à empresa Paulo & Filhos, Lda., solicitando a colaboração da Câmara Municipal, quer no apoio técnico e no que diz respeito à segurança da obra.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou que a prestação de apoio técnico e à segurança das obras levadas a efeito na área do Município pelas coletividades e associações, bem como pelas diversas entidades de solidariedade social, tem sido uma prática da Câmara Municipal.

Transmitiu que será a Eng.ª Virgínia Pinto que irá prestar o apoio solicitado, sendo ela que tem o respetivo dossier enquanto técnica que acompanhou todo processo desde a elaboração do projeto até à adjudicação da obra.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade nomear a Eng.ª Virgínia Pinto para prestar o apoio técnico solicitado.

Ponto 10 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES DA URBANIZAÇÃO VALE DO BISPO, 1.ª FASE, NA BARROSA” - AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA / APROVAÇÃO

Processo n.º 4.1.5/01-2011

Adjudicatário: IBERSILVA S.A.U. - Sucursal em Portugal

Concluída a obra mencionada em epígrafe, procedeu-se, nos termos do artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Março, à vistoria dos trabalhos executados pelos representantes da Câmara Municipal e com a assistência do representante do empreiteiro.

Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra estava em condições de ser recebida, considerou-se efetuada a sua receção provisória, de acordo com o respetivo Auto de Receção Provisória datado de 05-06-2012 o qual se submete para aprovação.

AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale do Bispo, 1.ª fase, na Barrosa”**, adjudicada à firma **“IBERSILVA S.A.U.- Sucursal em Portugal”**, no valor de **204.110,54 € (duzentos e quatro mil,**

cento e dez euros e cinquenta e quatro cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por deliberação da Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em dezasseis de Agosto de dois mil e onze, compareceram os Srs. Carlos António Pinto Coutinho, Vereador, Maria Virgínia Antunes Pinto, Engenheira Civil e Fernando Luís da Silva Graça, Arquiteto Paisagista, na qualidade de representantes do Dono da Obra e a Sr.^a Carla Maria Batista Duarte Pereira, Engenheira Técnica Civil, na qualidade de representante do Adjudicatário, a fim de procederem ao exame e vistoria de todos os trabalhos que constituem a empreitada.

Tendo-se verificado que,

- foi observado o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro;
- o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição foi alterado na fase de execução da obra, por não se ter verificado o previsto em fase de projeto e referente à produção de RCD – código LER – 17.05.04 e 17.01.01, em resultado de se terem adotado metodologias e práticas por forma a minimizar a produção de RCD, conforme Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em anexo;
- concluída a obra, a área de intervenção foi objeto de uma limpeza geral;

foi considerada a obra em condições de ser recebida provisoriamente, iniciando-se deste modo o prazo de garantia de:

- 5 (cinco) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- 5 (cinco) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- 2 (dois) anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis;
- 1 (um) ano para plantações e sementeiras,

nos termos do definido pela cláusula 45.^a do Caderno de Encargos.

Pela Sr.^a Carla Maria Batista Duarte Pereira, Engenheira Técnica Civil, na qualidade de representante da firma adjudicatária, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Provisória, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de março, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Carlos António Pinto Coutinho, Vereador – C.M. Benavente
Maria Virgínia Antunes Pinto, Engenheira Civil – C.M. Benavente
Fernando Luís da Silva Graça, Arquiteto Paisagista – C.M. Benavente
Carla Maria Batista Duarte Pereira, Engenheira Técnica Civil - Representante do empreiteiro

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar o auto de receção provisória da empreitada de “Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale do Bispo, 1.^a fase, na Barrosa”.

Ponto 11 – EMPREITADA DE “DRENAGEM DE ZONA VERDE – URBANIZAÇÃO EM NOME DE SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E EMPREITADAS FILIPES, PORTO ALTO - SAMORA CORREIA”

★RECEÇÃO DEFINITIVA / EXTINÇÃO DE CAUÇÃO E REFORÇO DE CAUÇÃO

Processo n.º 4.1.5/01-2007

Adjudicatário: Serafim Rodrigues dos Santos – Unipessoal, Lda.

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 127/2012, de 13 de junho

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através da carta datada de 18.04.2012 (registo de entrada n.º 6534, de 10.05.2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução em numerário, no valor de **381,47 €**, através da Guia de recebimento n.º 222, emitida em 12.03.2007, pelo Município de Benavente e correspondente a 5% do valor da adjudicação e destinada a caução;

2- Foi efetuada retenção na quantia total de **381,47 €**, no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução;

3- Foi prestada caução em numerário, no valor de **57,33 €** através de Guia de recebimento n.º 399, emitida em 16.04.2007, pelo Município de Benavente, e correspondente a 5% do valor da adjudicação de Trabalhos a Mais e destinada a caução;

4- Foi efetuada retenção na quantia de **57,33 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos a Mais n.º 1/2007, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução;

5- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.

6- Considerando,

- ter já decorrido o prazo de garantia;
- que da vistoria efetuada em 13.06.2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução prestados através de:

- ✓ Guia de recebimento n.º 222, no valor de **381,47 €** emitida em 12.03.2007, pelo Município de Benavente e correspondente a 5% do valor da adjudicação e destinada a caução;
- ✓ Retenção na quantia total de **381,47 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução;
- ✓ Guia de recebimento n.º 399, no valor de **57,33 €** emitida em 16.04.2007, pelo Município de Benavente, e correspondente a 5% do valor da adjudicação de Trabalhos a Mais e destinada a caução;
- ✓ Retenção na quantia de **57,33 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos a Mais n.º 1/2007, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução.

À consideração Superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, Eng.^a Civil

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Drenagem de zona verde - Urbanização em nome de Sociedade de Construções e Empreitadas Filipes, Porto Alto - Samora Correia”**, adjudicada à firma “SERAFIM RODRIGUES DOS SANTOS, UNIPESSOAL, LDA.”, no valor de **7.629,49 € (sete mil, seiscentos e vinte e nove euros e quarenta e nove cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de quinze (15) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho Superior exarado em dois de março de dois mil e sete, compareceram os Srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador e Maria Virgínia Antunes Pinto, Engenheira Civil, na qualidade de representantes do Dono da Obra a fim de procederem na presença do representante do Adjudicatário, o Sr. Serafim Rodrigues dos Santos, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador – CM Benavente
Maria Virgínia Antunes Pinto, Engenheira Civil – CM Benavente
Serafim Rodrigues dos Santos – Representante do Empreiteiro

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

03.06- Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana

Ponto 12 – ABATE E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES DE ARRUAMENTO NA RUA DA LIBERDADE - BENAVENTE

Informação

Na urbanização designada por “Urbítrio”, na Rua da Liberdade, nas Areias, encontram-se plantadas árvores de arruamento da espécie *Ceiba speciosa* (*Chorisia speciosa*), paineira-rosa, em frente aos lotes de vivendas, que têm vindo a apresentar alguns problemas em termos da sua condução naquele local.

Trata-se de uma espécie que, por exemplo, é utilizada em algumas avenidas da cidade do Funchal, e que se caracteriza pela sua magnífica floração, e, assim, por esta sua mais-valia estética, aquele alinhamento de árvores, apesar das dificuldades, tem vindo a ser mantido.

Têm sido diversas as questões que vêm apresentando, como más conformações da copa, quebras de ramos - tendo mesmo algumas árvores sido letalmente vandalizadas -, etc.

Presentemente verifica-se que alguns exemplares, em particular um que se apresenta em fotografia anexa, têm vindo a apresentar problemas de interferência de raízes com muros vizinhos e de levantamento de pavimentos - sendo que a maioria não tem apresentado tais problemas.

Assim, na sequência da reclamação do munícipe morador no lote 46 (ver foto anexa), pela gravidade do problema, propõe-se que a árvore em causa seja retirada e substituída por outra espécie, nomeadamente a *Lagestroemia indica* (árvore-de-júpiter) - que já vem sendo utilizada no mesmo arruamento da urbanização anexa (Fernando Caneças).

Igualmente se propõe que no caso de falhas ou outras situações em que seja necessária a substituição, esta se faça com esta nova espécie, mantendo-se no entanto os restantes exemplares que não apresentem problemas.

Propõe-se ainda que o trabalho de remoção contemple a sua transplantação para espaço a selecionar, sugerindo-se desde já o terreno em Valverde junto aos campos de ténis.

Em anexo apresentam-se as condições técnicas dos fornecimentos e trabalhos propostos.

À consideração superior.

Benavente, 15 de junho de 2012

Fernando Luís Silva Graça, arquiteto paisagista

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares

EDIFICAÇÃO / LICENCIAMENTO / COMUNICAÇÃO PRÉVIA

**Ponto 13 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: LICENÇA ADMINISTRATIVA /
LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES A INDÚSTRIA / EXPOSIÇÃO**

Processo n.º 1954/2008

Requerente: Sugaldal

Local: Fonte das Somas - Benavente

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 11-06-2012

Na sequência do despacho superiormente exarado em 05-06-2012 na exposição apresentada pela requerente e registada com o n.º 7599/2012, cumpre informar:

Em 12-03-2010, através do nosso ofício n.º 1636, foi a requerente notificada para dar cumprimento ao solicitado na informação técnica da gestão urbanística de 04-03-2012;

Em 17-02-2012, através do nosso ofício n.º 906, foi a requerente notificada para se pronunciar por escrito no prazo de 10 dias a contar da data da notificação sobre a proposta de deserção constante na informação SOOP de 14-02-2012;

Em 07-03-2012 foi elaborada nova informação SOOP sobre a exposição apresentada pela requerente em 02-03-2012 (registada com o n.º 3187/2012).

Em 23-03-2012, e na sequência do despacho superiormente exarado em 14-03-2012 na informação SOOP de 13-03-2012, foi a requerente notificada para num prazo improrrogável de 45 dias a contar da data da notificação, dar cumprimento a tudo o que foi solicitado;

Em 12-04-2012, foi elaborada nova informação SOOP em virtude do despacho superiormente exarado em 03-04-2012 na junção de documentos apresentada pela requerente e registada com o n.º 5056/2012;

Na sequência da última informação SOOP foi a requerente notificada em 18-04-2012, através do nosso ofício n.º 1897, para dar cumprimento ao solicitado;

Analisando a última exposição apresentada pela requerente, verifica-se que a requerente até à presente data ainda não solicitou o averbamento do processo (tal como referido na informação SOOP de 12-04-2012, deveria ser solicitado o averbamento do processo, apresentada certidão do registo predial, cópia do cartão de identificação do subscritor do requerimento, bem como efetuado o pagamento da respetiva taxa;

Relativamente às questões suscitadas sobre a eventual instrução de um processo de contraordenação, remete-se à consideração superior a análise da mesma por parte do respetivo serviço;

Remete-se também à consideração superior a tomada de decisão sobre este processo, dado todo o tempo decorrido desde a sua entrada nestes serviços até à presente data.

A assistente técnica, Sofia Isabel Rodrigues Correia

| | |
|--|---|
| Parecer: Face ao teor da informação e após análise do processo, constata-se que o serviço de Apoio Jurídico já se encontra a analisar a eventual instrução de processo de contraordenação, pelo que esse serviço deverá tomar conhecimento da exposição agora apresentada. Relativamente às questões do acesso à propriedade, e da sua concertação com a Estradas de Portugal e CMB, julgamos que essa matéria não obsta à apresentação dos elementos em falta. 12 junho 2012 O Chefe da D.M.O.P.P.U.D. | Despacho: À reunião (cópia da carta da Sugallidal para os Srs. Vereadores) 2012JUN13 O Vereador / Presidente |
|--|---|

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou tratar-se dum processo de legalização de alterações que, desde o ano de dois mil e oito, se pretende que seja global para todo o complexo industrial da SUGALIDAL, processo esse que esteve a aguardar em pendentes desde o ano de dois mil e dez.

Observou que ciclicamente são verificados todos os processos que estão pendentes, no sentido de lhes dar andamento, e, nessa sequência, a SUGALIDAL foi notificada para se pronunciar relativamente à proposta de deserção.

Referiu que a SUGALIDAL coloca duas questões que julga deverem merecer a melhor compreensão da Câmara Municipal, nomeadamente o facto de não se conseguir legalizar todo o edificado existente (porque existem edificações construídas à extrema e a classe de espaço agrícola do atual Plano Diretor Municipal não prevê essa possibilidade), e o procedimento contraordenacional (suscitado de forma automática, uma vez que se trata dum processo de legalização), solicitando o averbamento do processo em nome de novo titular, uma vez que houve fusões de empresas e atualmente o titular não é exatamente o que instruiu o processo de licenciamento.

Considerando ser um assunto do conhecimento do Executivo (sendo intenção, no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, vir a viabilizar, com uma classificação na categorização de espaço adequado à existência, tal como outras na área do Município), e que o procedimento contraordenacional é automático, não decorrendo a respetiva instauração da boa ou má vontade da Câmara Municipal, propôs que a tramitação do processo em termos da prática de decisões administrativas, quaisquer que elas sejam, seja suspensa até à conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

Relativamente ao procedimento contraordenacional, propôs que a SUGALIDAL seja notificada nos termos que referiu anteriormente, notificando também a empresa a solicitar o averbamento, nos termos referidos na informação em apreço.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar as propostas do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 14 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DE SERVIÇOS

Processo n.º 1107/2011

Requerente: CIBEN - IT And Business Solutions, S.A.

Local: Valverde - Benavente

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 14-06-2012

Vem a firma requerente, pelo registo n.º 8084, de 12-06-2012, solicitar a isenção da Taxa Municipal de Urbanização relativa à edificação da nova sede, pelas razões a seguir expostas:

“Sediada no concelho de Benavente e empregando diretamente mais de vinte trabalhadores, a Ciben – IT and Business Solutions, SA é uma empresa tecnológica com parcerias estabelecidas com fabricantes de topo como a HP, A Microsoft e a 3Com. Na sua estratégia de crescimento e internacionalização constitui-se titular do processo corrente n.º 1107/2011. Neste contexto – e por integrar um mercado altamente competitivo que obriga a um gestão apertada dos recursos disponíveis ...”

Anexa para o efeito cópias do cadastro de funcionários e da certidão permanente da empresa.

Analisado o assunto, cumpre informar:

- O presente processo de licenciamento refere-se à reconstrução e ampliação de edifício de serviços, a levar a efeito em Valverde, E.N. 118, freguesia de Benavente;
- A requerente tem sede na Rua Prof. António Salvado Pires lote 8-A r/c, em Benavente, conforme consta na certidão do registo comercial, anexa;
- A taxa municipal de urbanização importa em 1.497,40 € (mil, quatrocentos e noventa e sete euros e quarenta cêntimos);
- De acordo com a alínea a), do n.º 2 do art.º 12.º do Regulamento de Taxas do Município de Benavente, estão isentos do pagamento os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, serviços, agrícolas, pecuárias que, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, venham a ser reconhecidas de interesse ou relevância económica para o Município;
- De referir que o critério da Câmara Municipal em situações similares, tem sido de considerar de interesse ou relevância económica para o Município os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, agrícolas, pecuárias e turísticas, cuja instalação resulte, no mínimo, a criação de quinze postos de trabalho e as respetivas sedes sociais se situem na área do município;
- A requerente comprova com folha de cadastro dos funcionários no ativo e com o comprovativo da declaração IES/DA, que possui 20 funcionários.

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a aceitação do pedido de isenção da TMU apresentado.

A Assistente Técnica, Ana Lúcia Ramos

| | |
|--|---|
| Parecer: Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior o deferimento do pedido. 15 junho 2012 O Chefe da D.M.O.P.P.U.D. | Despacho: À reunião. 2012JUN15 O Vereador / Presidente |
|--|---|

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA propôs que nos termos dos critérios que a Câmara Municipal tem vindo a prosseguir para situações similares, seja concedida à requerente a isenção da Taxa Municipal de Urbanização.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 15 – AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO

Processo: 1426/2011

Requerente: Frusantos - Frutos Seleccionados, Lda.

Local: Estrada da Samorena, n.º 3 - Samora Correia

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 13-06-2012

Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento para legalização das alterações efetuadas ao edifício, que a requerente pretende levar a efeito numa parcela de terreno com 7.696,00 m² de área, sita no n.º 3, da Estrada da Samorena, em Samora Correia.

Na sequência do parecer do Sr. Chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, datado de 06-06-2012, exarado na Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 05-06-2012, cumpre informar:

1. Registe-se que a pretensão em causa consiste na legalização de obras de alteração interior e à ampliação de 268,85m² de área de implantação / construção do edifício.

2. A planta de implantação agora entregue dá cumprimento ao número de lugares de estacionamento exigidos pelo artigo 84.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB), conjugado com a Portaria 216-B/2008, de 03 de março. A pretensão de ampliação em causa corresponde à apresentação de 4 lugares de estacionamento privados e 1 lugar de estacionamento público, sendo que a requerente apresenta mais 1 lugar de estacionamento de ligeiro privado e um público, registando-se que mantém os 17 lugares de estacionamento públicos no interior da parcela de terreno e os 7 lugares de estacionamentos privados aceites pelo Executivo na reunião de 28-07-2008, aquando do licenciamento da edificação inicial.

Constata-se que os lugares de estacionamento públicos se localizam no interior da parcela de terreno, tal como apresentado nas peças desenhadas, pelo que se submete à consideração superior a aceitação da localização dos lugares de estacionamentos públicos no domínio privado da requerente.

3. A requerente apresentou cópia da Declaração de Instalação, Modificação e de Encerramento dos Estabelecimentos Comerciais e de Serviços abrangidos pelo regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de julho, registando-se que o edifício se destina à prática do comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e.

4. Do nosso ponto de vista técnico, tal como já referido em anteriores informações técnicas, não se vê qualquer inconveniente no projeto de arquitetura apresentado, uma vez que se conforma com as disposições definidas nos artigos 22.º e 24.º do Regulamento do PDMB.

Em conclusão, propõe-se:

- Seja superiormente ponderada a aceitação dos lugares de estacionamento no domínio privado da requerente, tal como exposto em 2;
- Caso seja superiormente aceite o exposto anteriormente, o projeto de arquitetura reúne condições de merecer aprovação.

À consideração superior.

Vânia Raquel, técnica superior - arquiteta

| | |
|--|---|
| Parecer: Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão sobre a aceitação dos lugares de estacionamento em referência no interior da parcela de terreno e a subsequente aprovação do projeto de arquitetura. 14 junho 2012 O Chefe da D. M. O. P. P. U. D. | Despacho: À reunião. 2012JUN14 O Vereador / Presidente |
|--|---|

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA afirmou tratar-se de legalização duma ampliação de duzentos e sessenta e oito vírgula oitenta e cinco metros quadrados de área de implantação e construção de edifício existente (antigamente armazém de Agostinho & Carrasco, adquirido pela empresa requerente que, à sua responsabilidade e por necessidades imperiosas de candidatura a fundos comunitários e poder sediar no concelho uma das bases da empresa, ampliou).

Uma vez que em função do aumento de área de construção é exigido um lugar de estacionamento público, a requerente vem agora propor que seja adotado o mesmo procedimento do processo anterior, em que a Câmara Municipal já havia deliberado a aceitação de lugares de estacionamento públicos no interior da propriedade, uma vez que se trata de zona com alinhamento de muros consolidados e uma área movimentada, adjacente ao Continente, não havendo, do ponto de vista da segurança rodoviária, nenhuma conveniência na implementação dos lugares de estacionamento no exterior da parcela.

Propôs que a Câmara Municipal aceite o lugar de estacionamento público no interior da parcela com os fundamentos que explicitou, nomeadamente com os que se prenderam com o licenciamento inicial, e que nessa conformidade seja aprovado o projeto de arquitetura.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA questionou se os lugares de estacionamento se mantêm públicos, apesar de se situarem em terreno privado.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que os lugares de estacionamento públicos em domínio privado são de utilização pública, sendo a respetiva conservação e manutenção da responsabilidade da empresa titular do processo.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 16 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: COMUNICAÇÃO PRÉVIA / ALTERAÇÕES EDIFÍCIO HABITACIONAL

Processo n.º 265/2012

Requerente: José Vidigal - Sociedade Construções, Lda.

Local: Urb. Quinta Nova - Lote 38/39, Benavente

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 13-06-2012

Em cumprimento do despacho superior, exarado em 06-06-2012, que configura o pedido de alterações no decorrer da obra como **legalização**, procede-se, deste modo, a nova apreciação liminar administrativa.

A pretensão enquadra-se no n.º 4, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com alteração conferida pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.

De acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 19.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, de 12-07-2011, na instrução do pedido de comunicação prévia de edificações existentes em desrespeito do disposto no RJUE, será dispensada de apresentação dos elementos a seguir indicados, referidos no n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março:

- a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- b) Apólice de seguro que cubra as responsabilidades pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei 100/97, de 13 de setembro;
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;
- d) Declaração de titularidade de certificado de classificação industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;
- e) Livro de obra, com menção do termo de abertura;
- f) Plano de segurança e saúde.

Todavia, o n.º 12.º da Portaria 232/2008, de 11 de março, relativo à instrução de pedidos de comunicação prévia para a realização de obras de edificação, refere na alínea c) do ponto 2 que o mesmo deve ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra.

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a dispensa de apresentação do termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra.

Dado tratar-se de uma legalização, deverão ser enviadas as cópias julgadas necessárias ao Apoio Jurídico, para eventual instrução de processo de contraordenação.

A Assistente Técnica, Margarida Maria da Eira pereira

| | |
|---|---|
| <p>Parecer:</p> <p>Face ao teor da informação e após análise do assunto, conclui-se que à data em que elaborada a proposta do regulamento municipal da urbanização e edificação não estava ainda em vigor o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece o regime jurídico da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, no âmbito do licenciamento de obras particulares, não sujeito a legislação especial. Por outro lado, as disposições do RJUE e das Portarias anexas, no âmbito da instrução de processos, entre outros aspetos, não tem total correspondência, como é sobejamente concluído, pelo que se reconhece que não faz qualquer sentido ser dispensada a apresentação do termo de responsabilidade do diretor técnico de obra e não ser dispensado o termo de responsabilidade do diretor de fiscalização.</p> <p>Em face do exposto, propõe-se que o regulamento municipal em referência seja objeto das necessárias correções, colocando-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o presente processo.</p> <p>2012JUN15</p> <p>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</p> | <p>Despacho:</p> <p>À reunião, devendo no entretanto ser o processo apreciado subsequentemente sem serem praticados quaisquer atos que dependam da decisão sobre o assunto supra.</p> <p>2012JUN15</p> <p>O Vereador / Presidente</p> |
|---|---|

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA referiu tratar-se da primeira situação do género que surge após a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, suscitando-lhe muitas dúvidas relativamente à exigência do termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra.

Recordou que com base no parecer do Dr. Marino Vicente (que considerava incorreto levar os requerentes, técnicos e titulares de alvarás de construção civil a apresentar documentos e a prestar falsas declarações quando a obra está executada e o RJUE prevê legalizações, uma vez que a lei não diferenciava entre o licenciamento de nova construção ou legalizações), a Câmara Municipal adotou o critério de que as legalizações fossem dispensadas da apresentação dos normais documentos, sendo apenas exigida a apresentação do termo de responsabilidade pela obra executada.

Acrescentou que tendo aquela prática sido transposta para o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação no que se refere às legalizações, após a génese do regulamento estar elaborado, houve alterações legislativas que originaram que para lá da figura do responsável pela direção técnica da obra, passasse a haver a figura do diretor de fiscalização de obra, razão pela qual, tendo surgido o processo em apreço, os serviços consideram que tem que ser apresentado termo de responsabilidade do diretor de fiscalização de obra.

Propôs que por via das dúvidas e omissões do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a Câmara Municipal possa dispensar o termo de responsabilidade do diretor de fiscalização de obra, pelos fundamentos que aduziu, e que simultaneamente seja desencadeado o procedimento de alteração do regulamento, para incorporar esta lacuna.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Nesta altura da reunião ausentou-se o Senhor Vereador Manuel dos Santos, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com cinco elementos.

DESTAQUES - ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES

Ponto 17 – CERTIDÃO DE DESTAQUE

Processo: 614/2012

Requerente: Joaquim Luís da Silva

Local: Azinhaga Terra Fria, Santo Estêvão

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 2012.06.11

Pretende o requerente que lhe seja autorizado o destaque de uma parcela de terreno com a área de 4 430.00m², ao terreno com a área total de 17 820.00m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º862/19940106, com as seguintes confrontações:

- Norte – Isabel de Moura Silva;
- Sul – Rua do Pau Queimado;
- Nascente – Vala do Pau Queimado;
- Poente – Rua da Liberdade.

Analizada a proposta, cumpre-nos informar:

1. De acordo com o Plano Diretor Municipal de Benavente a parcela de terreno insere-se em Espaço Urbano, Área Urbanizada de Equipamento, Zona Consolidada.

2. Verifica-se a existência de construções na parcela restante, cujos processos de licenciamento se enunciam:

2.1. N.º 389/1999, referente à construção de moradia, muro, anexo destinado a garagem, arrumos e churrasco, com alvará de licença de utilização n.º 101/2001, de 2 de agosto, em nome de Joaquim Luís Silva e outra;

2.2. N.º 66/2011, referente a legalização de anexos, garagem e boxes para cavalos, com alvará de utilização n.º 184/2011, de 29 de setembro, em nome de Joaquim Luís Silva e outra.

3. As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos.

4. O n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, estabelece que *“Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.”*

5. Identificam-se assim duas parcelas separadas, caracterizadas conforme elementos apresentados pelos requerentes e da sua responsabilidade.

- Parcela a destacar com a área de 4 430.00m², confrontando:
 - do Norte: Isabel de Moura Silva;

- do Sul: Rua do Pau Queimado;
- do Nascente: Joaquim Luís da Silva e esposa;
- do Poente: Rua da Liberdade.
- Parcela restante com a área de 13 390.00m², confrontando:
 - do Norte: Isabel de Moura Silva;
 - do Sul: Rua do Pau Queimado;
 - do Nascente: Vala do Pau Queimado,
 - do Poente: Joaquim Luís da Silva e esposa.

6. A pretensão não contraria o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente.

Conclusão

Considera-se que estão reunidas as condições para a emissão da certidão de destaque requerida, nos termos da presente informação técnica.

À Consideração Superior.

Cristian Vieira, Técnica Superior - arquiteta

| | |
|---|---|
| Parecer: Face ao teor da informação, propõe-se a emissão da correspondente certidão. 13 junho 2012 O Chefe da D.M.O.P.P.U.D. | Despacho: À reunião. 2012JUN13 O Vereador / Presidente |
|---|---|

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e, em face da mesma, autorizar o destaque e certificar em conformidade. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

LICENCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO

Ponto 18 – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO 1.ª E 2.ª FASE

Proc. 1223/1983

Requerente: Portucale – Sociedade de Desenvolvimento Agroturístico, S.A

Local: Herdade da Vargem Fresca – Charneca do Infantado – Samora Correia

- Presente para análise o ofício com o registo de entrada n.º 8150, de 13-06-2012, cujo teor seguidamente se transcreve:

«(...) ASS: V/Ofício 1422, de 14-03-2012

Proc. OP – 1223/93 – Alvará nº 1/97

Receção Provisória das Obras de Urbanização 1.ª e 2.ª Fase

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Benavente,

PORTUCALÉ, Sociedade de Desenvolvimento Agroturístico, S.A., notificada em 19 de março de 2012 do ofício supra identificado, vem expor e requerer a V.Exª o seguinte.

Por deliberação da Câmara Municipal de Benavente foi a PORTUCALE notificada para corrigir algumas não conformidades de carácter técnico mencionadas no auto de vistoria, enquanto se aguardava a emissão de um parecer jurídico.

Sucedde, porém, que não foi ainda possível resolver completamente uma das questões relacionadas com o sistema de abastecimento elétrico aos programadores de rega.

Estão instalados todos os materiais e equipamentos que são precisos para funcionar e serem certificados, mas falta terminar o processo de receção pela EDP das infraestruturas de elétricas deste loteamento, aguardando-se pela realização de vistoria que antecede a assinatura dos Autos de Receção destas infraestruturas.

Após a realização desta vistoria, a EDP emitirá o NIP de cada instalação, necessário para solicitar a respetiva certificação à CERTIEL, que antecede a celebração do contrato de fornecimento de energia.

Contudo, o pedido de fornecimento de energia elétrica está formalmente feito pela Portucale à EDP.

Uma vez que as restantes inconformidades se encontram solucionadas, requer-se a V. Exa se digne autorizar, por mais 90 dias, do prazo para a finalização da correção da inconformidade em causa.

Pede e espera deferimento,

*Maria Antónia Coruche Castro e Almeida
Administradora.»*

| | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Parecer: | Despacho: |
| | À reunião. |
| | 2012JUN14 |
| O Chefe da D.M.O.P.P.U.D. | O Vereador / Presidente |

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA recordou que após a deliberação tomada pelo Executivo no passado mês de março, foi a empresa Portucale – Sociedade de Desenvolvimento Agroturístico, S.A notificada para, no prazo de noventa dias, corrigir as não conformidades detetadas na vistoria para eventual receção provisória das obras de urbanização.

Propôs que a Câmara Municipal defira a pretensão de serem concedidos mais noventa dias, uma vez que o prazo inicialmente dado era meramente indicativo e não há qualquer inconveniente na prorrogação do mesmo.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Nesta altura da reunião apresentou-se de novo o Senhor Vereador Manuel dos Santos, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com seis elementos.

INSTALAÇÕES DE GPL SUJEITAS A LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Ponto 19 - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS – INSTALAÇÕES DE GPL SUJEITAS A LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Informação DMOPPUD n.º 9/2012, de 12 de junho

De acordo com os procedimentos administrativos estabelecidos para a instalação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e exploração das instalações de armazenamento e dos postos de abastecimento de combustíveis, designadamente o disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26/11, na redação do Decreto-Lei n.º 195/08, de 06/10, conjugado com o disposto no artigo 14.º e 20.º da Portaria n.º 1188/03, de 10/10, na redação dada pela Portaria n.º 1515/07, de 30/11, **as designadas instalações sujeitas a licenciamento simplificado** “... são apenas sujeitas à vistoria final prevista no n.º 14.º, efetuada pela entidade licenciadora, a qual emite a respetiva licença de exploração, prevista no n.º 15.º e comunica à Autoridade Nacional de Protecção Civil a localização e a entrada em exploração da mesma.”

Os diplomas em referência não definem para estes casos a constituição da comissão de vistorias, referindo tão só e tal como transcrito no parágrafo anterior, que a vistoria é efetuada pela entidade licenciadora.

Da aplicação prática da norma tem resultado que essas vistorias são efetuadas por um único técnico camarário do serviço de Gestão Urbanística/engenharia, a quem compete a verificação da concordância do edificado com o projeto aprovado e consequentemente a verificação do cumprimento das condições e das prescrições legalmente exigidas.

Considerada a diversidade das matérias a verificar na vistoria final, propõe-se que a comissão seja reforçada com a participação de outros elementos, nomeadamente a inclusão de um fiscal de obras particulares e de um elemento do corpo de bombeiros locais.

O Chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, Carlos Alberto Gomes de Carvalho, Arquiteto

Despacho: À reunião

O Vereador
2012JUN12

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que da alteração ao regime jurídico do licenciamento para os reservatórios de combustível e respetivo armazenamento decorre que as vistorias das instalações sujeitas a licenciamento simplificado sejam feitas pela entidade licenciadora, que comunica à Autoridade Nacional de Protecção Civil a entrada em exploração das mesmas.

Recordou que anteriormente não existia o regime de licenciamento simplificado, sendo todas as vistorias efetuadas pela entidade licenciadora, com a presença de um representante da Autoridade Nacional de Protecção Civil. Contudo, a partir do ano de dois mil e oito, e com base naquela determinação, tem sido prática a vistoria ser realizada apenas por um técnico ao serviço do Município, nomeadamente um engenheiro civil, que verifica a existência de todas as condições de segurança para que o equipamento possa entrar em funcionamento.

Acrescentou que relativamente às questões da segurança, a Câmara Municipal conta com a participação dos bombeiros locais nas comissões de vistorias normais, tendo

sido questionado o motivo de não incorporar também um representante de cada um dos corpos de bombeiros nas vistorias de uma e outra área de intervenção, uma vez que a legislação diz que tal compete à entidade licenciadora, nada obstando a que se alargue a comissão de vistorias à representação dos bombeiros locais, e como é de todo conveniente que a comissão seja constituída por elementos em número ímpar, propõe-se a inclusão de um fiscal de obras particulares.

Manifestou concordância com a proposta apresentada, pelos motivos que atrás referiu, e propôs que seja aprovado o procedimento.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

05.01- Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa

Ponto 20 - FÉRIAS ATIVAS ADCB – PEDIDO DE APOIO

Processo n.º 5.3.5.

Entidade: Associação Desportiva e Cultural de Benavente

Assunto: Informam que tencionam realizar durante o mês de julho um programa de férias ativas destinado a Jovens do Concelho de Benavente entre os 11 e os 15 anos. Para o efeito, solicitam a cedência dos seguintes equipamentos:

- Pavilhão da Escola Secundária de Benavente
- Centro Cultural de Benavente e retro projetor
- Piscinas Municipais com entradas livres

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que solicitara ao Setor de Desporto da Câmara Municipal que verificasse a disponibilidade dos equipamentos solicitados, sendo que o pavilhão da Escola Secundária de Benavente estará disponível às segundas, quartas, quintas e sextas-feiras, das nove às doze horas, as piscinas de segunda a sexta-feira, das dezasseis às dezoito horas e trinta minutos, e o Centro Cultural de Benavente de segunda a sexta-feira, das onze e trinta às dezasseis horas, com exceção das quartas-feiras, cujo horário disponível é das onze e trinta às dezanove horas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ceder gratuitamente a utilização dos equipamentos municipais nas datas e para a finalidade pretendidas, de acordo com a informação prestada pelo Setor de Desporto da Câmara Municipal.

Ponto 21 - XII FEIRA DE COLECIONISMO – PEDIDO DE OFERTA DE MEDALHAS

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Núcleo Filatélico e Numismático de Benavente

Assunto: Informam que irão realizar a XII Feira de Colecionismo no próximo dia 22 de setembro. Solicitam o apoio da Câmara Municipal no que se refere a oferta de 125 medalhas para os participantes no evento.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que é costume a Câmara Municipal oferecer as medalhas aos colecionadores que visitam o Município, sendo que cento e setenta e cinco medalhas custarão mil trezentos e vinte e três euros e setenta e oito cêntimos, não tendo indicação se tal montante se constitui como uma diminuição ou um aumento de custos relativamente ao ano anterior, pelo que solicitou que o assunto seja retirado da ordem do dia, para avaliação da situação.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade retirar o presente ponto da ordem do dia.

Ponto 22 - V FESTA DOS MONTES / 38.ª SARDINHA ASSADA DA BARROSA – PEDIDO DE APOIO

Processo n.º 5.5.10

Entidade: ALTB – Associação Livre dos Trabalhadores da Barrosa

Assunto: Solicitam o apoio da Câmara Municipal na realização da V Festa dos Montes, a realizar no dia 7 de julho:

- 4 tasquinhas simples com água e luz
- 1 palco com estrutura
- 2 sanitários
- 3 quadros elétricos
- 10 grades de proteção

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 23 - NOITES DE VERÃO 2012 – PEDIDO DE APOIO

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Junta de Freguesia de Benavente

Assunto: Solicitam o apoio da Câmara Municipal na realização das atividades integradas no programa das “Noites de Verão”, no que diz respeito a:

- Montagem de palco de 8x6m no Parque 25 de Abril
- Fornecimento de energia elétrica (35 Amperes/fase)
- Camarim
- 20 grades de proteção

As atividades decorrerão nos dias 6, 7, 13, 14, 20, 21, 27 e 28 de julho

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS transmitiu que a Câmara Municipal não possui camarins, julgando que uma tasquinha normal ou uma dupla poderá servir para o efeito.

Esclareceu que nos últimos anos a Câmara Municipal tem recorrido ao aluguer de um camarim para o período das “Noites de Verão” da Junta de Freguesia de Benavente e permanece para os festejos em honra de N.ª Sra. da Paz, não havendo atualmente condições para tal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado, transmitindo à Junta de Freguesia de Benavente que a Câmara Municipal não possui camarins.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 24 - FESTA DA AMIZADE/SARDINHA ASSADA BENAVENTE – PEDIDO DE LICENCIAMENTO – DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 5.5.10

Assunto: Requerimento para licenciamento da Festa da Amizade/Sardinha Assada de Benavente, que decorrerá nos dias 28, 29, 30 de junho 2012

O Senhor Presidente deferiu a pretensão, através de despacho datado de 14 de junho de 2012, o qual se submete a ratificação da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 25 - MARCHAS POPULARES - PEDIDO DE LICENCIAMENTO – DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente

Assunto: Requerimento para licenciamento das Marchas Populares, que decorreu no dia 16 de junho.

O Senhor Presidente deferiu a pretensão, através de despacho datado de 11 junho de 2012, o qual se submete a ratificação da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

APOIO FINANCEIRO ÀS FESTAS TRADICIONAIS DO CONCELHO DE BENAVENTE, POR PARTE DA TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 21 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 5 - APOIO FINANCEIRO ÀS FESTAS TRADICIONAIS DO CONCELHO DE BENAVENTE, POR PARTE DA TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Na sequência da atribuição de subsídios, por parte da Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, para apoio às festas tradicionais “Festa da Amizade” e “Festival de Gastronomia da Lezíria Ribatejana”, no valor de 2500 € (dois mil e quinhentos euros) e 1000 € (mil euros) respetivamente, foram contactadas a Comissão Organizadora da Festa da Amizade e a ARCAS, a fim de procederem ao envio dos recibos respeitantes ao valor dos subsídios atribuídos.

Nessa sequência, veio a Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, através do ofício C-2/11, datado de 21 de maio de 2012, solicitar que os recibos fossem emitidos pelo Município de Benavente, porquanto os subsídios haviam sido atribuídos diretamente à Câmara Municipal de Benavente.

Nesta data, foram rececionados nos serviços os dois cheques em nome do Município.

Considerando que esse valor é para o apoio às duas festas tradicionais anteriormente referidas, submete-se à consideração superior a atribuição de um subsídio extraordinário à Comissão Organizadora da Festa da Amizade 2012, no valor de dois mil e quinhentos euros e de mil euros à ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora.

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

Benavente, 21 de junho de 2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir um subsídio extraordinário à Comissão Organizadora da Festa da Amizade 2012 e à ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora, respetivamente no valor de dois mil e quinhentos euros e de mil euros. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

DIA DA RESSACA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO RECINTO DA PICARIA – 1 DE JULHO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 22 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 6 - DIA DA RESSACA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO RECINTO DA PICARIA – 1 DE JULHO

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Associação Amigos de Benavente Festa Brava

Assunto: Solicitam autorização para utilização do recinto da picaria, bem como seguro para a realização do evento “Dia da Ressaca”, a ter lugar no dia 1 de julho. Solicitam ainda luz no recinto da picaria e um carro para encher os tanques com água.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR transmitiu que o “Dia da Ressaca” já decorre há alguns anos, integrado na Festa da Amizade - Sardinha Assada de Benavente, sendo que as estruturas estão montadas.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou não ser possível prestar apoio logístico a uma entidade que não tem estatuto do ponto de vista jurídico, nem enquadramento, não o incomodando rigorosamente nada que o Executivo possa ceder o recinto da picaria para a realização da brincadeira com o toiro.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a utilização do recinto da picaria para a data e finalidade pretendidas.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

COMEMORAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA VILA DAS AREIAS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 22 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 7 - COMEMORAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA VILA DAS AREIAS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias

Assunto: Retificação da deliberação tomada pelo Executivo Camarário tomada em reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2012.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou que na reunião ordinária de onze do mês em curso, a Câmara Municipal deliberou prestar o apoio logístico solicitado pela Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias, devendo esta assumir o respetivo transporte e montagem, bem como requisitar o fornecimento de água e luz junto da Águas do Ribatejo e da EDP.

Contudo, o Senhor Vereador Carlos Coutinho fez-lhe chegar a informação de que, à semelhança do apoio prestado a qualquer outra coletividade ou associação, tinha assumido com a Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias a responsabilidade pela montagem do equipamento solicitado para o seu primeiro aniversário.

Propôs a retificação da deliberação anteriormente tomada pelo Executivo, dado que houve o compromisso do vereador que tratou diretamente do assunto com a direção daquela Associação.

O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS informou que a Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias mostrou disponibilidade para colaborar com os serviços municipais na montagem do equipamento.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade retificar a deliberação tomada na reunião de onze de junho, assumindo a Câmara Municipal o transporte e montagem do equipamento solicitado, incluindo os quadros elétricos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO DE BENAVENTE DO PROJECTO DE IMPLANTAÇÃO DO “CENTRO EQUESTRE ANTÓNIO RIBEIRO TELLES, LDA”, NO CONCELHO DE CORUCHE

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art.º 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente 25 de Junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

Ponto Extra 8 - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO DE BENAVENTE DO PROJECTO DE IMPLANTAÇÃO DO “CENTRO EQUESTRE ANTÓNIO RIBEIRO TELLES, LDA.”, NO CONCELHO DE CORUCHE

Na sequência da candidatura à medida 3.1.1 do Proder, a apresentar ao GAL Charneca Ribatejana, por parte de António Ribeiro Telles, Lda., para a implantação de um Centro Equestre no concelho de Coruche, foi solicitado que o Município de Benavente se pronunciasse acerca do pretendo interesse do referido projeto. Como tal, submete-se à consideração do Executivo a apreciação e eventual aprovação da assinatura da declaração infra.

DECLARAÇÃO

“A (entidade) declara que o Projeto Centro Equestre António Ribeiro Telles da responsabilidade do promotor Centro Equestre António Ribeiro Telles, Lda. é da maior importância para o (concelho/freguesia/etc.).

Este Projeto pretende a implantação de um centro equestre no concelho de Coruche, com atividades diversificadas e direcionadas para visitantes nacionais e estrangeiros.

A notoriedade e o longo percurso profissional do cavaleiro António Ribeiro Telles, aliados aos recursos patrimoniais e culturais da região, permitem a criação de um Projeto diferenciado e inovador na região.

A dinamização de atividades turísticas, ligadas ao mundo rural, potencia o desenvolvimento da economia regional, pelo acréscimo de visitantes à região, pelo aumento da duração das estadias e pela promoção dos produtos autóctones.

O Projeto Centro Equestre António Ribeiro Telles vai ao encontro dos objetivos definidos pela entidade para o concelho/freguesia/etc., dando cumprimento aos produtos estratégicos identificados no Plano Estratégico Nacional do Turismo para a região.

Deste modo consideramos do maior interesse a prossecução deste Projeto, dando desde já o nosso apoio à candidatura realizada pela empresa Centro Equestre António Ribeiro Telles, Lda. à medida 3.1.1 do Proder, a apresentar ao GAL Charneca Ribatejana.”

Benavente, 22 de junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE disse crer que a relação de proximidade que o Município de Benavente tem com a Herdade da Torrinha e com a própria família Ribeiro Telles, leva-o a considerar que a Câmara Municipal poderá deliberar favoravelmente à emissão da declaração solicitada.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA afirmou não ver nenhum inconveniente na emissão da declaração pretendida, tanto mais que se trata duma atividade que não é poluente, sendo potencialmente criadora de empregos.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade reconhecer o interesse para o Município de Benavente do projeto de implantação do "Centro Equestre António Ribeiro Telles, Lda." no concelho de Coruche, nos termos da declaração em apreço.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

05.02- Educação

Ponto 26 - ENCHIMENTO DO DEPÓSITO DE GÁS

Processo n.º 5.4.8.

Entidade: Agrupamento de Escolas de Porto Alto

Assunto: Informa que procedeu ao enchimento do depósito do gás, e que o contador do pavilhão marca atualmente 16650m³ e apresenta desde a última leitura um consumo de 103m³x2,072 por quilograma acrescido de IVA a 23% equivale a um custo de 332,62 € (trezentos e trinta e dois euros e sessenta e dois cêntimos).

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade transferir para o Agrupamento de Escolas do Porto Alto a verba de 332,62 € (trezentos e trinta e dois euros e sessenta e dois cêntimos).

Ponto 27 - PROPOSTA PARA A CESSAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO RELATIVOS À GESTÃO DOS REFEITÓRIOS DAS EB 1 DE FOROS DE ALMADA E FOROS DA CHARNECA

Informação D.M.C.E.T. n.º 052/2012, de 15 de junho

Considerando a alteração a introduzir na rede escolar do Município de Benavente para o próximo ano letivo, designadamente no que respeita à suspensão de funcionamento da EB 1 de Foros de Almada, bem como às alterações a introduzir no alargamento do serviço de fornecimento de refeições escolares através de empresa, em regime de confeção local, propõe-se a cessação, a partir de 31 de agosto, dos seguintes protocolos de colaboração relativos à gestão de 2 refeitórios escolares:

- Protocolo de colaboração para a gestão do refeitório da Escola básica de 1.º ciclo de Foros de Almada, aprovado em reunião de Câmara de 22 de setembro de 2008 com as alterações aprovadas em 21 de dezembro de 2009, estabelecido com a ADSCERFA, Associação Desportiva, Social, Cultural, Educativa e Recreativa dos Foros de Almada.
- Protocolo de colaboração para a gestão do refeitório da Escola básica de 1.º ciclo de Foros da Charneca, aprovado em reunião de Câmara de 26 de setembro de 2011, estabelecido com a Liga de Melhoramentos dos Foros da Charneca.

Propõe-se ainda com base na presente informação e na deliberação municipal que sobre ela recair, que sejam lavrados os acordos por escrito com cada uma das contrapartes, cuja minuta segue em anexo para aprovação:

Aos ___ dias do mês ___ de 2012, no edifício dos Paços do Município sito na Praça do Município, na vila de Benavente, compareceram António José Ganhão, Presidente da Câmara, que nessa qualidade representa o Município de Benavente, pessoa coletiva de direito público com o NIF 506 676 056 e _____, representante da _____, na qualidade de Presidente da Direção, que acordaram entre si a cessação do Protocolo de colaboração para a gestão do refeitório da Escola básica de 1.º ciclo de _____, que se rege pela seguinte cláusula:

As partes de mútuo acordo cessam a vigência do protocolo nos termos e com a fundamentação aduzida na informação n.º _____, de _____ e na deliberação da CMB de _____, que acolhem e têm por suficiente para os efeitos do presente acordo.

Local e data.

À Consideração Superior.

Cristina Gonçalves, Chefe DMCET

Benavente, 15 de junho de 2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente proposta de cessação dos protocolos de colaboração relativos à gestão dos Refeitórios das EB 1 de Foros de Almada e Foros da Charneca, autorizando o Senhor Presidente a outorgar nos mesmos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 28 - EXTENSÃO DE HORÁRIO DA COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA Nº 1 E Nº 2 DE PORTO ALTO

- . ANO LETIVO 2011-2012
- . MESES DE ABRIL E MAIO

Requerente: Associação de Pais do Porto Alto

Informação D.M.C.E.T. n.º 050/2012, de 08 de junho

Atendendo que o horário de funcionamento dos Jardins de Infância da rede pública do Município de Benavente, integrando a componente letiva e de apoio à família, não responde de forma eficaz à necessidade das famílias, submeteu-se à Câmara Municipal no dia 21.12.2009, alterado a 19-09-2011, a proposta de Acordo de Colaboração que visa a implementação de extensões de horário nos Jardins de Infância de Porto Alto.

Entre outras, definiu-se como obrigações da Câmara Municipal de Benavente - CLÁUSULA QUINTA, suportar os encargos relativos à comparticipação mensal das crianças de acordo com o posicionamento do escalão da Segurança Social.

| Escalões | Valor mensal | N.º de crianças | | Total |
|--------------|--------------|-----------------|------|-----------------|
| | | Abril | Maio | |
| A | 57,50 € | 5 | 5 | 575,00 € |
| B | 28,75 € | 5 | 5 | 287,50 € |
| C | 0,00 € | 15 | 15 | 0,00 € |
| Total | | 25 | 25 | 862,50 € |

Face ao exposto, propõe-se a transferência de **862,50 €** (oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), relativos aos meses de fevereiro e março, à Associação de Pais do Porto Alto.

À Consideração Superior.

Carina Teles, Téc. Superior

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, transferir para a Associação de Pais do Porto Alto a verba de 862,50 € (oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos).

06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude

06.01- Fomento Desportivo

Ponto 29 - HORÁRIO DE VERÃO – PISCINAS MUNICIPAIS – PROPOSTA

Processo n.º 5.3.0.

Assunto: Proposta:

Com o objetivo de corresponder às necessidades dos utentes das Piscinas Municipais em Benavente e em Samora Correia durante os meses de julho e agosto 2012, e tendo em consideração as restrições existentes com os recursos humanos, assim como, com a inexistência de aulas/treinamentos durante os meses acima mencionados, propomos as seguintes alterações de horários:

- Funcionamento contínuo, sem interrupção para almoço (atualmente encerra das 13h às 15h30m);
- Funcionamento ao sábado à tarde (atualmente encerra aos sábados à tarde);
- Encerramento à 2.ª feira de manhã.

PROPOSTA DE HORÁRIOS – JULHO E AGOSTO 2012 – PISCINAS MUNICIPAIS

| | 2ª FEIRA | 3ª FEIRA | 4ª FEIRA | 5ª FEIRA | 6ª FEIRA | SÁBADO | DOMINGO |
|-------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------------|----------------|
| HORÁRIO PROPOSTO | 14h às 20h | 8h às 20h | 8h às 20h | 8h às 20h | 8h às 20h | 8h às 13h 14h30m às 19h | 8h às 13h |

Submete-se à consideração superior, a proposta de horários acima referida.

P/lo Setor do Fomento Desportivo

O Assistente Técnico, Nelson Lima Santos

Benavente, 15 de junho 2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE observou que o horário proposto resulta da análise efetuada aos recursos humanos de que a Câmara Municipal dispõe e do facto de não ser possível haver qualquer reforço ou pagamento de horas extraordinárias de forma a garantir o horário de verão praticado em anos anteriores, crendo que não trará qualquer grave inconveniente para a população e para os utentes.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de horário de verão para as piscinas municipais.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

06.03- Intervenção Social e Saúde

Ponto 30 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO DE 2011/2012 – MÉRITO, ENSINO SUPERIOR E SECUNDÁRIO

Informação Social n.º 74

Relativamente ao assunto supramencionado, serve o presente para submeter à apreciação de V. Exa. a proposta de atribuição de Bolsas de Estudo referente ao ano letivo de 2011/2012, bem como a informação individual correspondente a cada candidato.

Benavente, 11 de junho de 2011

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

Bolsas Estudo 2011/2012 Proposta de Atribuição

No presente ano letivo, foram rececionadas **setenta e sete** (77) candidaturas (menos 21 que no ano letivo anterior). Destas candidaturas, **setenta** (70) foram avaliadas com sucesso, de acordo com as Normas para a Atribuição das Bolsas de Estudo, tendo os candidatos, direito a Bolsa de Estudo. **Sete** (7) foram consideradas excluídas, pelas razões que em seguida se apresentam:

- ENSINO SECUNDÁRIO (2 excluídos):

Nomes dos candidatos e motivo da exclusão:

- 1) Duarte José Marques Alemão**, por frequentar estabelecimento de ensino dentro da área concelhia, ao abrigo do art.º 2.º, n.º 2, alínea a) do regulamento;
- 2) Pedro Carranca Pernes**, por ter capacitação superior ao valor do SMN em vigor (485 €), de acordo com o artigo 5.º das Normas para Atribuição de Bolsas de Estudo.

- ENSINO SUPERIOR (5 excluídos):

- ✓ Uma candidatura foi excluída por ter capacitação superior ao valor do SMN em vigor no ano 2012 (485 €), de acordo com o artigo 5.º, das Normas de para Atribuição de Bolsas de Estudo.

Nome do candidato:

1) Gonçalo Miguel Firmino Clarimundo

- ✓ Duas candidaturas foram excluídas porque não entregaram os documentos para instrução de candidatura na data limite e não compareceram à entrevista após terem sido convocadas, por via postal, duas vezes.

Nome das Candidatas: **1) Ana Carolina Gomes Rodrigues**

2) Mafalda Sofia Sandambi da Silva

- ✓ Uma candidatura foi excluída por já ter concluído o grau de licenciatura e estar a frequentar o curso de Mestrado, de acordo com artigo 11.º, n.º 1 das Normas para Atribuição de Bolsas de Estudo.

Nome do Candidato: **1) Filipa Oliveira Nobre**

- ✓ Uma candidatura foi excluída por não ter transitado de ano, de acordo com o artigo 3.º, n.º 1, alínea e) das Normas para Atribuição de Bolsas de Estudo.

Nome do candidato: **1) Pedro Miguel Marques Pimenta.**

Distribuição das 77 candidaturas, pelas respetivas Bolsas, Escalões e exclusões:

| | N.º Processos |
|------------------------|---------------|
| ENSINO SUPERIOR | |
| Mérito | 35 |
| 1.º Escalão | 9 |

| | |
|--------------------------|--|
| 2.º Escalão | 9 |
| 3.º Escalão | 6 |
| Excluídos | 5 |
| ENSINO SECUNDÁRIO | |
| Secundário | 11 |
| Excluídos | 2 |
| Total | 77 Processos dos quais 70 foram admitidos |

Valor limite, *Per Capita*, para atribuição das diferentes Bolsas e Escalões.

| Escalões | Escala em Euros Per Capita |
|-----------------|-----------------------------------|
| Mérito | Até 1.455 € ¹ |
| 1.º Escalão | Até 250 € |
| 2.º Escalão | De 251 € a 350 € |
| 3.º Escalão | De 351 € a 485 € ² |
| Secundário | Até 485 € ³ |

* Valor correspondente ao SMN, para 2012

Na tabela seguinte serão apresentados os valores propostos para cada Bolsa e Escalão, de acordo com o número de processos avaliados e com a verba disponibilizada para o Ano Letivo de 2011/2012, contemplada nas Grandes Opções do Plano - **29.800 €**.

| Tipo de Bolsa | N.º de Processos | Valor Atribuído |
|----------------------|-------------------------|--------------------------|
| Mérito | 35 | 500 € 17.500 € |
| 1.º Escalão | 9 | 500 € 4.500 € |
| 2.º Escalão | 9 | 400 € 3.600 € |
| 3.º Escalão | 6 | 300 € 1.800 € |
| Secundário | 11 | 150 € 1.650 € |
| | 70 | 29.050 € |

Face ao exposto serão apresentadas, em seguida, as listas de candidatas a Bolsa de Estudo para o ano letivo de 2011/2012, referentes ao Ensino Superior (Mérito, 1.º, 2.º e 3.º Escalão) e Ensino Secundário:

ENSINO SUPERIOR
MÉRITO

| Nome | Capitação* |
|------------------------------------|-------------------|
| 1- Ana Catarina Malvas Cruz Leitão | 332,70 € |

¹ Capitação até 3 vezes o valor do SMN

² Valor correspondente ao SMN, para 2012

³ Valor correspondente ao SMN, para 2012

| | |
|--|------------|
| 2- Ana Lúcia David Rodrigues | 478,71 € |
| 3- Ana Margarida Coelho Paulino | 613,18 € |
| 4- Ana Raquel Falcão Pereira | 253,56 € |
| 5- Anastasiya Shcherbyna | 112,34 € |
| 6- Andreia Sofia Silva Sebastião | 452,20 € |
| 7- Arianne Barradas da Silva | 129,09 € |
| 8- Catarina Alexandra Coelho Paulino | 613,18 € |
| 9- Cátia Isabel Lopes Marramaque | 143,39 € |
| 10- Cátia Sofia Cardoso Viana | 128,52 € |
| 11- Daniela David de Moura Rodrigues Feijoca | 381,06 € |
| 12- Denys Holovanchuk | 151,58 € |
| 13- Dina Lavrenkova | 247,96 € |
| 14- Fábio Alexandre Areias Belas | 371,27 € |
| 15- Guilherme Lopes Romano | 391,43 € |
| 16- Inês Lopes Romano | 391,43 € |
| 17- Inês Monteiro Pimentel | 452,33 € |
| 18- Joana Alexandra Cascalheira Condeixa | 277,55 € |
| 19- João Manuel Oliveira Rodrigues da Avó | 260,62 € |
| 20- João Paulo Pinheiro Oliveira | 418,57 € |
| 21- José Eduardo Cardoso da Rosa | 699,84 € |
| 22- Maria Verónica de Freitas Pereira | 815,50 € |
| 23- Miguel Filipe Melo Martins | 244,11 € |
| 24- Nair Carranca Pernes | 493,10 € |
| 25- Paula Cristina Vieira Gouveia Gramacho | 271,18 € |
| 26- Raquel Cardoso Tavares | 285,60 € |
| 27- Ricardo Filipe Fragoso Prates | 431,77 € |
| 28- Rute Alexandra Falcão Pereira | 253,56 € |
| 29- Sandra Cristina de Oliveira Cabanas Rosa | 382,62 € |
| 30- Sara Sofia Costa Moreira | 286,61 € |
| 31- Silvana Sofia Neves de Carvalho Silveira | 1.198,65 € |
| 32- Susana Patrício Garrido Costa | 450,43 € |
| 33- Telma Filipa Lucas Mira Pereira | 1.210,77 € |
| 34- Vanessa Braga Salvador | 582,97 € |
| 35- Vânia Isabel da Silva Vasco | 233,67 € |
| 35 Processos | |

1.º ESCALÃO

| Nome | Capitação* |
|--------------------------------------|-------------------|
| 1- Ana Sofia Marques Machado | 76,33 € |
| 2- Bruna Alexandra Horta Teles | 177,19 € |
| 3- Gonçalo Basílio D. Duarte Sansana | 221,30 € |
| 4- Kátia Filipa Branco Reis | 139,74 € |
| 5- Patrícia Alexandra Oliveira David | 231,80 € |
| 6- Patrícia Alexandra F. Santos | 231,44 € |
| 7- Patrícia Isabel Cuco Fonseca | 159,31 € |
| 8- Paulo Jorge dos Santos Oliveira | 239,84 € |
| 9- Sviatlana Ivanova | 242,96 € |
| 9 Processos | |

2.º ESCALÃO

| Nome | Capitação* |
|--|------------|
| 1- Ana Cláudia Marques da Fonseca | 270,88 € |
| 2- Andreia Sofia Carvalho Ferreira | 350,92 € |
| 3- Cláudio Daniel Marques Romão | 340,43 € |
| 4- Gabriela Suelly Queiroz Daniel | 279,25 € |
| 5- Joana Filipe Carvalho Borracha Ganhão | 285,06 € |
| 6- Joana Rita Santos David Machado Leite | 253,53 € |
| 7- Maria Carlos Martins Lameira | 334,33 € |
| 8- Maria Fátima Baltasar Van-Durem | 290,31 € |
| 9- Patrícia Isabel Pereira Pacheco | 286,65 € |
| 9 Processos | |

3.º ESCALÃO

| Nome | Capitação* |
|--|-----------------------|
| 1- André Filipe Rodrigues Policarpo | 366, 02 € |
| 2- Eduardo Luís Costa Pereira | 457,46 € |
| 3- Joana Filipa Pinto Lourenço | 471,30 € |
| 4- Pedro Miguel de Oliveira Cabanas Rosa | 382,62 € |
| 5- Rogério Manuel Ferreira Oliveira | 466,49 € |
| 6- Vânia Cristina Martins Miranda | 632,33 € ⁴ |
| 6 Processos | |

ENSINO SECUNDÁRIO

| Nome | Capitação* |
|--|------------|
| 1- Ana Rita Cuco da Fonseca | 145,35 € |
| 2- Ana Rita Lopes Medeiros | 290,84 € |
| 3- André Filipe Grachina Bexiga | 234,71 € |
| 4- Andriy Bokhonskyv | 159,80 € |
| 5- Diogo Rafael Carreira Martins | 386,84 € |
| 6- Maria Carolina Coelho Neves Ribeiro | 208,70 € |
| 7- Marta Salvador Pedrosa | 14,58 € |
| 8- Nádia Alves Prazeres | 321,88 € |
| 9- Nelson David Rodrigues Policarpo | 366,02 € |
| 10- Sofia Gonçalves Oliveira | 286,34 € |
| 11- Soraia Cristina Serrano Rocha | 76,91 € |
| 11 Processos | |

* O cálculo da capitação assenta exclusivamente na Declaração de IRS de 2010.

Submete-se à consideração superior a proposta de atribuição.

Benavente, 11 de junho de 2012

A Comissão de Análise,
M^a do Carmo Francisco
M^a Laura Carvalho

⁴ A título excecional, de acordo com o artigo 3.º, n.º 3 das Normas de Atribuição de Bolsa de Estudo (por motivo de doença prolongada)

Vera Silva

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS explicitou que embora os serviços tivessem elaborado uma proposta inicial de atribuição das bolsas de estudo de acordo com o respetivo Regulamento Municipal, foi esclarecido junto do Apoio Jurídico que esse procedimento terá que se cingir às Normas de Atribuição de Bolsa de Estudo ainda em vigor, em virtude de ainda se aguardar a publicação do Regulamento.

Naquela sequência, foi elaborada nova proposta, que se submete agora à apreciação da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar na generalidade a presente proposta de atribuição de bolsas de estudo, submetendo as respetivas listas a eventual reclamação dos interessados, pelo período de dez dias úteis.

Ponto 31 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS / PEDIDO DE PAGAMENTO

Informação Social n.º 78

Em sequência da assinatura de Protocolo celebrado entre Município de Benavente, Santa Casa da Misericórdia de Benavente, Centro de Bem Estar Social Padre Tobias e Centro de Bem Estar Social de Santo Estêvão, ao nível do fornecimento de refeições a famílias carenciadas, serve o presente para solicitar a V. Exa. o **pagamento de 1.602 €** (mil, seiscentos e dois euros), ao Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias, em resultado do fornecimento de refeições diárias a seis famílias beneficiárias da medida/Protocolo, durante o mês de maio de 2012.

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação.

Benavente, 18 de junho de 2012

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 78/2012 e, nos termos da mesma, transferir para o Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias a verba de 1.602,00 € (mil, seiscentos e dois euros), respeitante às refeições servidas no mês de maio de 2012, logo que haja fundo disponível.

Ponto 32 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA

SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA

1- PONTO DE SITUAÇÃO DAS REUNIÕES EM SEDE DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Fez o ponto de situação da evolução das reuniões em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, observando que contrariamente ao que estava planeado, na semana anterior se realizou a reunião com a CCDR, em virtude de aquela entidade não ter conseguido acertar com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo da disponibilidade desta para fazer a reunião específica sobre a proposta apresentada pela Câmara Municipal relativamente à Reserva Ecológica Nacional.

Acrescentou que aquela reunião realizar-se-á no próximo dia vinte e seis, estando a ser envidados esforços no sentido de que a dBLab - Laboratório de Acústica e Vibrações, Lda., empresa que elaborou o Mapa de Ruído, possa disponibilizar-se para estar presente na mesma, ou com a brevidade possível para se realizar a reunião específica nessa área.

Transmitiu que na próxima sexta-feira, dia vinte e nove, terá lugar uma reunião interna para finalizar a questão de todos os parâmetros, índices e áreas de construção, entre outros que, decorrente da última reunião com a CCDR, foi entendimento do Dr. Carlos Pina e da Dra. Marta Alvarenga poderiam ser trabalhados, sendo que da parte deles não haveria problemas de maior.

Concluiu, afirmando que estão pendentes os pedidos de reunião com os Senhores Secretários de Estado do Ordenamento do Território e da Agricultura, situação que tentará abordar numa deslocação que vai efetuar à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território na próxima quarta-feira, dia vinte e sete, para tratar de outro assunto.

SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS

1- FESTAS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

Disse que na semana anterior os diversos jardins-de-infância e escolas da área do Município celebraram as suas festas de encerramento do ano letivo.

Endereçou saudações por mais um ano letivo que acabou e durante o qual, apesar de todas as dificuldades que as escolas enfrentam, conseguiram realizar um bom trabalho.

Saudou também a Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente pela realização das marchas populares, bem como a Universidade Sénior pela Gala de encerramento.

2- ENCONTRO NACIONAL DE ANDEBOL DE MINIS FEMININOS

Informou que coube este ano à AREPA a organização do Encontro Nacional de Andebol de Minis Femininos, que teve lugar nos pavilhões de Samora Correia e do Porto Alto, tendo estado presentes dezasseis equipas oriundas de norte a sul do País. Referiu que no encerramento do torneio, quer a Federação Portuguesa de Andebol, quer a Associação de Andebol de Santarém saudaram a AREPA pelo bom desempenho e agradeceram à coletividade e à Câmara Municipal de Benavente por todo o apoio, boa organização e boa parceria.

Concluiu, dando nota que a AREPA se sagrou vice-campeã no seu escalão mini.

SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ

1- FESTAS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

Associou-se às congratulações endereçadas aos Agrupamentos de Escolas, à Universidade Sénior e à Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente pelas organizações de final de ano, sempre tão do agrado dos pais e nas quais, de alguma forma, podem ser visualizados os trabalhos dos alunos e as famílias acompanharem um pouco do que é feito em cada uma das escolas ou instituições que as suporta.

2- ENCONTRO NACIONAL DE ANDEBOL DE MINIS FEMININOS

Endereçou os parabéns à AREPA pela realização do Encontro Nacional de Minis e pelo belo segundo lugar obtido numa final disputadíssima e que só foi decidida mesmo a alguns segundos do fim.

3- RECLAMAÇÕES RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DOS PORTÕES EM ALGUNS EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS DE SANTO ESTÊVÃO

Transmitiu que lhe têm chegado algumas reclamações relativamente ao encerramento dos portões em alguns empreendimentos urbanísticos de Santo Estêvão, nomeadamente na Mata do Duque II, que apenas tendo dois portões, um deles está fechado praticamente a tempo inteiro, enquanto o outro encerra à noite, tendo controlo por vigilância.

Disse temer que aquelas reclamações se estendam a outras urbanizações e que os municípios acusem a Câmara Municipal de, em caso de falta de atuação, estar a favorecer algum daqueles empreendimentos públicos e a vedar o acesso aos mesmos.

SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA

1- FESTAS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO / ENCONTRO NACIONAL DE ANDEBOL DE MINIS FEMININOS

Associou-se às saudações já endereçadas aos Agrupamentos de Escolas, Universidade Sénior, Creche, Jardim Infantil e ATL de Benavente e à AREPA, pelos eventos levados a efeito no decurso da semana.

2- MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA MINIMIZAR A PASSAGEM DO TOIRO

Decorrente da gravidade dos acontecimentos da Festa da Amizade - Sardinha Assada de Benavente de dois mil e onze, questionou acerca das medidas de segurança que foram projetadas e estão planeadas para tentar minimizar os riscos da passagem do toiro pela vila.

Na sequência das intervenções dos Senhores Vereadores, o **SENHOR PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

1- ENCONTRO NACIONAL DE ANDEBOL DE MINIS FEMININOS

Disse que a Câmara Municipal saúda e cumprimenta a AREPA pela sua magnífica realização e expressa os parabéns pelo êxito alcançado no Encontro Nacional de Andebol de Minis Femininos.

2- RECLAMAÇÕES RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DOS PORTÕES EM ALGUNS EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS DE SANTO ESTÊVÃO

Afirmou que a Câmara Municipal compreende que possa haver controlo no empreendimento urbanístico da Mata do Duque II, permanecendo os portões encostados, evitando que possa acontecer uma onda de assaltos que leve os proprietários a transmitir para o exterior que Santo Estêvão é uma zona insegura.

Acrescentou que na Mata do Duque II não há impedimento de entrada a quem quer que seja, existindo um serviço de vigilância com finalidade informativa.

Crê que dada a importância de que Santo Estêvão se reveste como núcleo ativo do ponto de vista turístico, onde as pessoas procuram tranquilidade, sossego e qualidade

ambiental, tem que haver muito consenso nas posições assumidas, não sendo aquelas pretensões compatíveis com o uso do espaço para fazer corridas de motorizada ou caça ao javali, como já tem acontecido durante a noite.

Disse que na relação de proximidade que a Câmara Municipal procura manter com as associações de proprietários, tem sido dito com clareza que os caminhos são públicos, mas que é aceitável que possa haver uma boa colaboração no sentido de conseguir controlar as situações, evitando que no futuro possa acontecer algo profundamente negativo para os empreendimentos em causa e para o património particular, sendo bem sabido que com o aprofundar da crise, maiores são esses perigos.

Transmitiu ao Senhor Vereador José Rodrigues da Avó que ele próprio irá tentar falar com os reclamantes, à semelhança do que tem feito com alguns dos que o têm procurado pessoalmente, explicando concretamente a razão pela qual a Câmara Municipal tem que utilizar muito bom senso naquelas situações, não podendo pôr em causa a importância que aquelas zonas têm no presente e para o futuro de Santo Estêvão.

Pediu a melhor colaboração do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó no sentido de indicar a alguém que porventura que se sinta lesado ou que se considere prejudicado, para fale consigo ou com o Senhor Vereador Manuel dos Santos e, com tal, estabelecer o diálogo com as associações de proprietários da Mata do Duque I ou Mata do Duque II.

3- MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA MINIMIZAR A PASSAGEM DO TOIRO

Transmitiu ao Senhor Vereador João Augusto de Sousa que tanto quanto é do seu conhecimento, as medidas de segurança adotadas pela atual comissão da Festa da Amizade - Sardinha Assada de Benavente para minimizar os riscos inerentes à passagem do toiro pelas ruas da vila passam essencialmente pelo reforço da vedação e pela distribuição de maior número de reboques em pontos julgados fulcrais, alertando contudo para o facto de que a população não deve incitar o animal.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou a seguinte informação:

1- PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Recordou que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realiza na próxima quarta-feira, dia vinte e sete, pelas catorze horas e trinta minutos.

Ponto 33 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- III Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Proposta;
- Prestação de serviços de limpeza de bermas e valetas numa extensão de 100Kms nas estradas e caminhos do concelho;
- Concurso público com publicação no JOUE tendo em vista a prestação de serviços de higiene urbana e salubridade pública das zonas urbanas de Benavente, Santo Estêvão e Samora Correia/Porto Alto, pelo período de um ano;

- Prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para o ano letivo de 2012/2013 – Estabelecimentos de ensino pré-escolares e escolares do 1.º Ciclo do ensino básico integrantes dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Benavente;
- Títulos de utilização dos recursos hídricos para captação de água;
- Operação Urbanística: Licença administrativa / Legalização de alteração a indústria / Exposição;
- Operação Urbanística: Reconstrução e ampliação de edifício de serviços;
- Ampliação e alteração de edifício;
- Operação Urbanística: Comunicação prévia / Alterações em edifício habitacional;
- Certidão de destaque;
- Receção provisória das obras de urbanização 1.ª e 2.ª fase;
- Constituição da comissão de vistorias – Instalações de GPL sujeitas a licenciamento simplificado;
- Apoio financeiro às festas tradicionais do concelho de Benavente, por parte da Turismo de Lisboa e Vale do Tejo;
- Dia da Ressaca – Pedido de autorização para utilização do recinto da picaria – 1 de julho;
- Comemorações da Associação Recreativa e Cultural da Vila das Areias – Retificação de deliberação;
- Declaração de interesse para o Município de Benavente do projeto de implantação do "Centro Equestre António Ribeiro Telles, Lda." no concelho de Coruche;
- Proposta para a cessação de protocolos de colaboração relativos à gestão dos Refeitórios das EB de Foros de Almada e Foros da Charneca;
- Horário de Verão – Piscinas Municipais de Benavente e Samora Correia – Informação.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quarenta e dois minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Câmara Municipal

Contribuinte n.º 506 676 056

2130-038 Benavente - Tel. 263 519 600 (8 linhas) - Fax 263 519 648/9

67291
1256
Jm
Jm
Jm
U

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

III Alteração ao Orçamento e III Alteração às Grandes Opções do Plano

Relativamente ao objecto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma excepção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Excepção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 22 de junho de 2012

O Presidente da Câmara

- António José Ganhão -

Deliberado por unanimidade introduzir
o presente ponto extra na ordem do dia

**3ª Alteração
ao
Orçamento**

**da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de**



APROVAÇÃO

Câmara Municipal .. Reunião de 25/06/2012



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 3

| Classificação Económica | | Dotações Atuais | Modificações Orçamentais | | Dotações Corrigidas | Observações |
|-------------------------|---|--------------------|--------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|
| Código | Designação | | Inscrições/Reforços | Diminuições/Anulações | | |
| 02 | Câmara Municipal e Serviços Municipais | | | | | |
| 02 01 | Despesas com o pessoal | | | | | |
| 02 0101 | Remunerações certas e permanentes | | | | | |
| 02 010104 | Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho | | | | | |
| 02 01010401 | Contrato por tempo indeterminado | 3.433.430,00 | | 33.270,00 | 3.400.160,00 | |
| 02 010107 | Pessoal em regime de tarefa ou avença | 85.650,00 | 3.705,00 | | 89.355,00 | |
| 02 02 | Aquisição de bens e serviços | | | | | |
| 02 0201 | Aquisição de bens | | | | | |
| 02 020105 | Alimentação-Refeições confeccionadas | 160.000,00 | | 57.610,00 | 102.390,00 | |
| 02 020106 | Alimentação-Géneros para confeccionar | 171.000,00 | | 40.000,00 | 131.000,00 | |
| 02 0202 | Aquisição de serviços | | | | | |
| 02 020202 | Limpeza e higiene | 424.300,00 | 35.000,00 | | 459.300,00 | |
| 02 020206 | Locação de material de transporte | 5.000,00 | 575,00 | | 5.575,00 | |
| 02 020210 | Transportes | | | | | |
| 02 02021002 | Outros transportes | 12.000,00 | 2.500,00 | | 14.500,00 | |
| 02 020212 | Seguros | 97.410,00 | 2.600,00 | | 100.010,00 | |
| 02 020214 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 112.300,00 | 30.000,00 | | 142.300,00 | |
| 02 020217 | Publicidade | 40.000,00 | 8.000,00 | | 48.000,00 | |
| 02 020225 | Outros serviços | | | | | |
| 02 02022503 | Diversos | 82.900,00 | 126.000,00 | | 208.900,00 | |
| 02 04 | Transferências correntes | | | | | |
| 02 0405 | Administração local | | | | | |
| 02 040501 | Continente | | | | | |
| 02 04050102 | Freguesias | 28.550,00 | 1.100,00 | | 29.650,00 | |
| 02 0407 | Instituições sem fins lucrativos | | | | | |
| 02 040701 | Instituições sem fins lucrativos | 1.181.569,00 | 7.450,00 | | 1.189.019,00 | |
| 02 0408 | Famílias | | | | | |
| 02 040802 | Outras | 146.600,00 | 200,00 | | 146.800,00 | |
| Despesas Correntes: | | 5.980.709,00 | 217.130,00 | 130.880,00 | 6.066.959,00 | |
| 02 07 | Aquisição de bens de capital | | | | | |
| 02 0701 | Investimentos | | | | | |
| 02 070103 | Edifícios | | | | | |
| 02 07010305 | Escolas | | | | | |
| 02 0701030502 | Reparação e beneficiação | 2.388.599,00 | | 49.250,00 | 2.339.349,00 | |
| 02 07010307 | Outros | 95.000,00 | | 25.000,00 | 70.000,00 | |



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 3

| Classificação Económica | | Dotações Atuais | Modificações Orçamentais | | Dotações Corrigidas | Observações |
|-------------------------------|--|--------------------|--------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|
| Código | Designação | | Inscrições/Reforços | Diminuições/Anulações | | |
| 02 070104 | Construções diversas | | | | | |
| 02 07010401 | Viadutos, arruamentos e obras complementares | 591.904,00 | | 3.500,00 | 588.404,00 | |
| 02 07010408 | Viação rural | 122.581,26 | | 40.000,00 | 82.581,26 | |
| 02 07010409 | Sinalização e trânsito | 20.000,00 | 4.500,00 | | 24.500,00 | |
| 02 070110 | Equipamento básico | | | | | |
| 02 07011001 | Equipamento de recolha de resíduos | 2.000,00 | 87.000,00 | | 89.000,00 | |
| 02 08 | Transferências de capital | | | | | |
| 02 0805 | Administração local | | | | | |
| 02 080501 | Continente | | | | | |
| 02 08050102 | Freguesias | 501.863,00 | | 35.000,00 | 466.863,00 | |
| 02 0807 | Instituições sem fins lucrativos | | | | | |
| 02 080701 | Instituições sem fins lucrativos | 459.355,00 | | 25.000,00 | 434.355,00 | |
| Despesas de Capital: | | 4.181.302,26 | 91.500,00 | 177.750,00 | 4.095.052,26 | |
| Total do Órgão 02: | | 10.162.011,26 | 308.630,00 | 308.630,00 | 10.162.011,26 | |
| Total de despesas correntes: | | 5.980.709,00 | 217.130,00 | 130.880,00 | 6.066.959,00 | |
| Total de despesas de capital: | | 4.181.302,26 | 91.500,00 | 177.750,00 | 4.095.052,26 | |
| Total de outras despesas: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Totais: | | 10.162.011,26 | 308.630,00 | 308.630,00 | 10.162.011,26 | |

ORGÃO EXECUTIVO

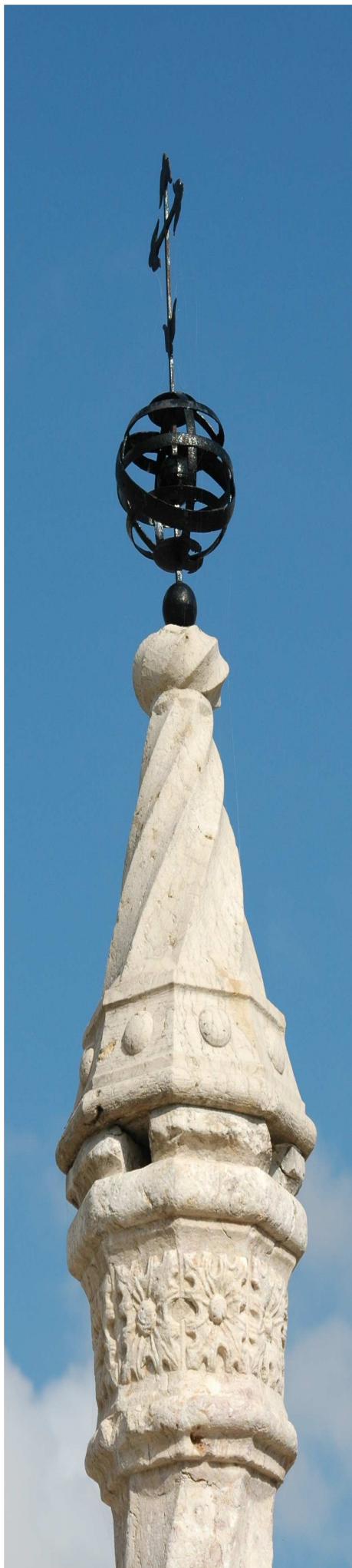
Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



3ª Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2012

APROVAÇÃO

Câmara Municipal ... Reunião de 25 /06/2012

**MODIFICAÇÕES
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)****Ano de 2012
Alteração Nº 3**

| Obj. | Prog. | Projeto | | Aç. | Sub ac. | Designação | Classificação Orçamental | | Resp. ac. | Datas (Mês/Ano) | | Despesas | | | | | | Anos Seguintes | | | | | |
|------|-------|---------|-----------|-----|------------|--|-----------------------------|------------|--------------|---------------------|---------------------|--------------|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|----------------|--------------|------|---------------------|--|--|
| | | Org. | Económica | | | | Início | Fim | | Dotação Atual | | | Ano Corrente - 2012 Modificação | | Dotação Corrigida | | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 e seguintes | | |
| | | | | | | | | | | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Total | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Total | | | | | | |
| 01 | | | | | | EDUCAÇÃO | | | | | | 4.170.927,00 | 0,00 | 4.170.927,00 | -146.860,00 | | 4.024.067,00 | 0,00 | 4.024.067,00 | | | | |
| 01 | 002 | | | | | Ensino básico | | | | | | 4.057.147,00 | 0,00 | 4.057.147,00 | -146.860,00 | | 3.910.287,00 | 0,00 | 3.910.287,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2008 | 27 | | | Beneficiação / Ampliação Escolas | | | | | | 2.374.085,00 | 0,00 | 2.374.085,00 | 750,00 | | 2.374.835,00 | 0,00 | 2.374.835,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2008 | 27 | 1 | | Escola EB1 n.º 1 - Benavente | | | | | | 1.430.850,00 | 0,00 | 1.430.850,00 | 390,00 | | 1.431.240,00 | 0,00 | 1.431.240,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2008 | 27 | 1 | 1 | Projecto | 02 | 0701030502 | 03 | 01/08/12/12 | | 23.150,00 | 0,00 | 23.150,00 | 390,00 | | 23.540,00 | 0,00 | 23.540,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2008 | 27 | 2 | | Escola EB1 n.º 1 - Samora Correia | | | | | | 943.235,00 | 0,00 | 943.235,00 | 360,00 | | 943.595,00 | 0,00 | 943.595,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2008 | 27 | 2 | 1 | Projecto | 02 | 0701030502 | 03 | 01/08/12/12 | | 21.535,00 | 0,00 | 21.535,00 | 360,00 | | 21.895,00 | 0,00 | 21.895,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2010 | 31 | | | Arranjos exteriores escolas primárias | | | | | | 69.634,00 | 0,00 | 69.634,00 | -50.000,00 | | 19.634,00 | 0,00 | 19.634,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2010 | 31 | 5 | | Escola Primária - Vila das Areias | 02 | 0701030502 | 03 | 01/12/12/12 | | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 | -25.000,00 | | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2010 | 31 | 6 | | Escola Primária nº 2 - Porto Alto | 02 | 0701030502 | 03 | 01/12/12/12 | | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 | -25.000,00 | | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2012 | 5004 | | | Ação Social Escolar | | | | | | 702.200,00 | 0,00 | 702.200,00 | -97.610,00 | | 604.590,00 | 0,00 | 604.590,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2012 | 5004 | 7 | | Aquisição de bens para confecção de refeições a fornecer nas cantinas escolares | 02 | 020106 | 04 | 01/12/12/12 | | 160.000,00 | 0,00 | 160.000,00 | -40.000,00 | | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 | | | | |
| 01 | 002 | 2012 | 5004 | 8 | | Fornecimento Refeições nas cantinas escolares | 02 | 020105 | 04 | 01/12/12/12 | | 160.000,00 | 0,00 | 160.000,00 | -57.610,00 | | 102.390,00 | 0,00 | 102.390,00 | | | | |
| 02 | | | | | | PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA | | | | | | 425.552,00 | 0,00 | 425.552,00 | 4.150,00 | | 429.702,00 | 0,00 | 429.702,00 | | | | |
| 02 | 001 | | | | | Cultura | | | | | | 425.552,00 | 0,00 | 425.552,00 | 4.150,00 | | 429.702,00 | 0,00 | 429.702,00 | | | | |
| 02 | 001 | 2012 | 5010 | | | Apoio realização festas tradicionais e religiosas | 02 | 040701 | 02 | 01/12/12/12 | | 62.000,00 | 0,00 | 62.000,00 | 4.150,00 | | 66.150,00 | 0,00 | 66.150,00 | | | | |
| 03 | | | | | | TEMPOS LIVRES E DESPORTO | | | | | | 552.643,00 | 0,00 | 552.643,00 | 3.300,00 | | 555.943,00 | 0,00 | 555.943,00 | | | | |
| 03 | 001 | | | | | Desporto, recreio e lazer | | | | | | 552.643,00 | 0,00 | 552.643,00 | 3.300,00 | | 555.943,00 | 0,00 | 555.943,00 | | | | |
| 03 | 001 | 2012 | 5020 | | | Apoio às actividades desportivas e de tempos livres das Colectividades e Associações | 02 | 040701 | 04 | 01/12/12/12 | | 315.332,00 | 0,00 | 315.332,00 | 3.300,00 | | 318.632,00 | 0,00 | 318.632,00 | | | | |
| 04 | | | | | | ACÇÃO SOCIAL | | | | | | 498.245,00 | 0,00 | 498.245,00 | -50.000,00 | | 448.245,00 | 0,00 | 448.245,00 | | | | |
| 04 | 001 | | | | | Solidariedade Social | | | | | | 498.245,00 | 0,00 | 498.245,00 | -50.000,00 | | 448.245,00 | 0,00 | 448.245,00 | | | | |
| 04 | 001 | 2011 | 27 | | | Grande Reparação do edifício municipal afecto ao Centro de Dia de Santo Estevão | 02 | 07010307 | 03 | 01/12/12/12 | | 95.000,00 | 0,00 | 95.000,00 | -25.000,00 | | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | | | | |
| 04 | 001 | 2012 | 5050 | | | Apoio à construção nova creche Benavente | 02 | 080701 | 02 | 01/12/12/12 | | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 | -25.000,00 | | 75.000,00 | 0,00 | 75.000,00 | | | | |
| 09 | | | | | | AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO | | | | | | 1.020.564,00 | 84.480,00 | 1.105.044,00 | 122.000,00 | | 1.142.564,00 | 84.480,00 | 1.227.044,00 | | | | |
| 09 | 003 | | | | | Resíduos sólidos | | | | | | 978.500,00 | 50.000,00 | 1.028.500,00 | 122.000,00 | | 1.100.500,00 | 50.000,00 | 1.150.500,00 | | | | |
| 09 | 003 | 2010 | 5037 | | | Serviços de higiene urbana | | | | | | 959.300,00 | 0,00 | 959.300,00 | 35.000,00 | | 994.300,00 | 0,00 | 994.300,00 | | | | |
| 09 | 003 | 2010 | 5037 | 1 | | Contratação de empresas de higiene e limpeza | 02 | 020202 | 02 | 01/10/12/12 | | 419.300,00 | 0,00 | 419.300,00 | 35.000,00 | | 454.300,00 | 0,00 | 454.300,00 | | | | |
| 09 | 003 | 2012 | 8 | | | Aquisição de contentores, papelarias e outro equipamento de limpeza urbana | 02 | 07011001 | 02 | 01/12/12/12 | | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 87.000,00 | | 89.000,00 | 0,00 | 89.000,00 | | | | |
| 11 | | | | | | EQUIPAMENTO RURAL E URBANO | | | | | | 1.288.482,00 | 150.000,00 | 1.438.482,00 | -35.000,00 | | 1.253.482,00 | 150.000,00 | 1.403.482,00 | | | | |
| 11 | 004 | | | | | Cemitérios | | | | | | 133.961,00 | 0,00 | 133.961,00 | -35.000,00 | | 98.961,00 | 0,00 | 98.961,00 | | | | |
| 11 | 004 | 2009 | 5005 | | | Apoio à construção de Casa Mortuária em Samora Correia | 02 | 08050102 | 01 | 01/09/12/12 | | 76.011,00 | 0,00 | 76.011,00 | -35.000,00 | | 41.011,00 | 0,00 | 41.011,00 | | | | |
| 12 | | | | | | COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES | | | | | | 875.943,26 | 368.519,00 | 1.244.462,26 | -39.000,00 | | 836.943,26 | 368.519,00 | 1.205.462,26 | | | | |
| 12 | 001 | | | | | Ruas e arruamentos | | | | | | 693.362,00 | 323.519,00 | 1.016.881,00 | -3.500,00 | | 689.862,00 | 323.519,00 | 1.013.381,00 | | | | |



**MODIFICAÇÕES
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

Ano de 2012
Alteração Nº 3

| Obj. | Prog. | Projeto | | Aç. | Sub ac. | Designação | Classificação Orçamental | | Resp. | Datas (Mês/Ano) | | Despesas | | | | | | | | | | Anos Seguintes | | | |
|--|-------|---------|----|-----|------------|--|-----------------------------|-----------|-------|--------------------|-------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|------|------|----------------|---------------------|--|--|
| | | Ano | Nº | | | | Org. | Económica | | Início | Fim | Dotação Atual | | | Ano Corrente - 2012 | | | | Dotação Corrigida | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Total | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Financ. Definido | Financ. Não Def. | Total | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 e seguintes | | |
| 12 | 001 | 2005 | 29 | | | Benef./ reabilitação rede urbana concelhia | 02 | 07010401 | 03 | 01/05 | 12/12 | 43.850,00 | 215.280,00 | 259.130,00 | -10.000,00 | | 33.850,00 | 215.280,00 | 249.130,00 | | | | | | |
| 12 | 001 | 2005 | 29 | 2 | | Arruamentos de Samora Correia e Porto Alto | 02 | 07010401 | 03 | 01/05 | 12/12 | 37.100,00 | 38.900,00 | 76.000,00 | -10.000,00 | | 27.100,00 | 38.900,00 | 66.000,00 | | | | | | |
| 12 | 001 | 2009 | 19 | | | Circular Urbana a Samora Correia | 02 | 07010401 | 03 | 01/09 | 12/12 | 513.750,00 | 0,00 | 513.750,00 | 6.500,00 | | 520.250,00 | 0,00 | 520.250,00 | | | | | | |
| 12 | 002 | | | | | Rede Viária e sinalização | | | | | | 182.581,26 | 45.000,00 | 227.581,26 | -35.500,00 | | 147.081,26 | 45.000,00 | 192.081,26 | | | | | | |
| 12 | 002 | 2011 | 25 | | | Pavimentação de caminhos em Santo Estevão | 02 | 07010408 | 03 | 01/12 | 12/12 | 80.056,26 | 0,00 | 80.056,26 | -40.000,00 | | 40.056,26 | 0,00 | 40.056,26 | | | | | | |
| 12 | 002 | 2012 | 9 | | | Sinalização e trânsito | | | | | | 20.000,00 | 25.000,00 | 45.000,00 | 4.500,00 | | 24.500,00 | 25.000,00 | 49.500,00 | | | | | | |
| 12 | 002 | 2012 | 9 | 2 | | Marcas Rodoviárias | 02 | 07010409 | 03 | 01/12 | 12/12 | 5.000,00 | 20.000,00 | 25.000,00 | 4.500,00 | | 9.500,00 | 20.000,00 | 29.500,00 | | | | | | |
| Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP | | | | | | | | | | | | 2.130.234,26 | 58.900,00 | 2.189.134,26 | -141.410,00 | 0,00 | 1.988.824,26 | 58.900,00 | 2.047.724,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____